

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO

LEILA GHIORZI CORRÊA

**LIVRO-REPORTAGEM, HISTÓRIA DO PRESENTE:**  
***análise da obra Operação Condor – O sequestro dos uruguaios***

Porto Alegre

2012

LEILA GHIORZI CORRÊA

**LIVRO-REPORTAGEM, HISTÓRIA DO PRESENTE:  
análise da obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios***

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação, habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Porto Alegre

2012

**LIVRO-REPORTAGEM, HISTÓRIA DO PRESENTE:**  
**análise da obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios***

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Curso de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Comunicação, habilitação em Jornalismo.

Aprovada em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

BANCA EXANINADORA:

---

Profa. Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

---

Profa. Dra. Aline Strelow (UFRGS)

---

Profa. MS. Karine Moura Vieira (ESPM / Unisc)

Porto Alegre

2012

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores de História, por terem me ensinado que a disciplina escolar deveria ultrapassar as paredes da escola. Em especial a Clóvis Kappel, que me apresentou ao Sequestro dos Uruguaios e à cobertura da revista *Veja*.

À professora Virgínia Fonseca, pela paciência e pelos ensinamentos ao longo desta jornada, sem os quais este trabalho não seria possível.

Aos meus amigos que, de uma forma ou outra, contribuíram para a minha formação, acadêmica ou não.

Às minhas amoras, principalmente à Camila Pozza e à Priscila Novak, pela ajuda no TCC, na caminhada durante os anos de Fabico e fora da faculdade.

Ao Fernando Lopes, companheiro de TCC e de vida — minha força nos momentos de fraqueza, minha calma nos momentos de desespero.

Aos meus pais, Cecília e José Mário, ao meu irmão, Pablo, e à minha irmã, Lenise, extensivo à toda a família “Ghiorzi Corrêa” e agregados, por acreditarem em mim e me apoiarem incondicionalmente. Vocês são o ponto de partida e de chegada, sempre.

Todos precisamos lembrar. Eu, como jornalista, tenho o dever de contar.

LUIZ CLAUDIO CUNHA

## RESUMO

Esta monografia consiste em uma análise do livro *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, publicada em 2008 pela L&PM Editores, com o objetivo de identificar as características que fazem da obra uma narrativa da História do Tempo Presente. Após a discussão das teorias que aproximam o Jornalismo da ciência historiográfica e a retomada da ditadura militar no Cone Sul, analisa-se a obra segundo quatro critérios estabelecidos pela ciência histórica, expostos por Padrós (2004): a) ampliação do tema; b) relação do autor com as fontes; c) objetividade; e d) relação sujeito e objeto na proximidade temporal. Para isso, examinam-se os processos de trabalho empregados por Luiz Cláudio Cunha na apuração do fato para a produção do livro. Através desses procedimentos, conclui-se que o livro-reportagem de Luiz Cláudio Cunha apresenta as características que permitem circunscrevê-lo à condição de forma de narração da História do Presente.

**Palavras-chave:** Jornalismo. História do Tempo Presente. O Sequestro dos Uruguaios. Operação Condor. Livro-reportagem.

## ABSTRACT

This work is an analysis about *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, non-fiction book written by Luiz Cláudio Cunha, published in 2008 by L&PM Editores. The main objective is to identify the History of the Present Time narrative characteristics in the composition. After discussion of the theories that approach Journalism and History and the contextualization about military dictatorship in South America, we analyze the book according to four criteria established by historical science, exposed by Padrós (2004): a) expanding the theme b) relationship between author and the sources c) objectivity, and d) subject and object relationship in temporal proximity. To do so, we examine the work processes employed by Luiz Cláudio Cunha in the determination of fact for the production of the book. As the main result, we point that it is possible to classify Cunha's book as a History of the Present Time narrative, according to the referenced authors. As the main result, we point that it is possible to classify Cunha's book as a History of the Present Time narrative, according to the referenced authors.

**Key-words:** Journalism. History of the Present Time. Kidnapping of Uruguayans. Operation Condor. Non-fiction book.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>2 INTERSECÇÕES ENTRE JORNALISMO E HISTÓRIA</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1 A expansão da História</b> .....	<b>15</b>
2.1.1 A Escola dos Annales .....	15
2.1.1.1 A História Nova.....	17
2.1.2 A História do Tempo Presente .....	18
<b>2.2 Jornalismo e memória</b> .....	<b>20</b>
<b>2.3 O Jornalismo como narrativa</b> .....	<b>23</b>
2.3.1 O livro-reportagem .....	24
<b>2.4 A validade do Jornalismo como fonte histórica</b> .....	<b>27</b>
<b>3 A COBERTURA DO SEQUESTRO DOS URUGUAIOS</b> .....	<b>31</b>
<b>3.1 As ditaduras no Cone Sul</b> .....	<b>31</b>
3.1.1 A Operação Condor .....	33
3.1.2 O sequestro dos uruguaios .....	35
3.1.3 A atuação dos jornalistas .....	38
<b>3.2 A sucursal da revista <i>Veja</i></b> .....	<b>43</b>
<b>4 O LIVRO-REPORTAGEM COMO UMA FORMA DE NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DO PRESENTE</b> .....	<b>46</b>
<b>4.1 O objeto: <i>Operação Condor: O sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura</i></b> .....	<b>47</b>
<b>4.2 A grande reportagem como registro da História do Presente</b> .....	<b>51</b>
4.2.1 Ampliação do tema .....	51
4.2.2 Relação do autor com as fontes .....	57
4.2.3 Objetividade .....	62
4.2.4 Relação sujeito e objeto na proximidade temporal .....	65
4.2.4.1 A posição editorial da revista <i>Veja</i> .....	68
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
<b>ANEXO A – Entrevista com Luiz Cláudio Cunha</b> .....	<b>81</b>
<b>ANEXO B – Reprodução da capa do livro</b> .....	<b>87</b>
<b>ANEXO C – Os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco</b> .....	<b>88</b>



<b>ANEXO D – A equipe da sucursal da Editora Abril .....</b>	<b>89</b>
--	-----------

## 1 INTRODUÇÃO

A escrita da História, tal como a conhecemos hoje, tem sido uma atividade comumente desempenhada por historiadores formados nas academias, e o seu objeto de estudo era visto e analisado, pelo menos até o século XX, com distanciamento temporal e social. Os acontecimentos do tempo presente eram considerados campo exclusivo do Jornalismo. No entanto, é cada vez mais frequente a defesa, por parte dos teóricos da chamada História do Tempo Presente, da aproximação temporal entre pesquisador e objeto. Com isso, a ciência historiográfica vem se justapondo ao Jornalismo.

A dualidade presente-passado do tempo presente, registrado por jornalistas para, mais tarde, ser analisado por historiadores, suscita discussões acerca das responsabilidades de cada área do conhecimento. A relação entre Jornalismo e História é, muitas vezes, tumultuada pelas diferenças dos métodos utilizados em cada uma das especialidades. Este ainda é um assunto delicado no terreno da História e pouco investigado no da Comunicação. Os dois ofícios, entretanto, embora aparentemente distintos, tomam para si o papel de escrever e registrar os fatos da atualidade, o que provoca incertezas e desconfianças mútuas.

Pensar o registro histórico enquanto processo de trabalho, em geral, restringe-se ao campo de atuação dos historiadores, embora também caiba ao jornalista essa tarefa. Os museus de jornais são muito frequentados pelos profissionais da História, apesar da aparente resistência que oferecem à classificação do trabalho jornalístico como uma modalidade de produção de conhecimento historiográfico. O Museu Hipólito José da Costa, com sede em Porto Alegre, por exemplo, define suas atribuições na forma de missão: “adquirir, documentar, preservar, expor e divulgar a história e as transformações tecnológicas, sócio-políticas, econômicas e culturais, incluindo formas e fontes comunicacionais originárias do Rio Grande do Sul”<sup>1</sup>. Instituição vinculada à Secretaria de Estado da Cultura, o Museu foi criado em setembro de 1974 para conservar e disseminar a memória dos meios de comunicação no estado. O órgão, porém, tem servido de

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/museu/missao/>. Acesso em: <13 de setembro de 2012>.

fonte importante para a pesquisa histórica, pois disponibiliza um rico acervo de periódicos, fotografias e vídeos, registros físicos do passado.

Embora seja crescente o interesse pela intersecção das disciplinas de Comunicação e de História, o tema ainda é pouco estudado nas faculdades de Jornalismo. Enquanto os estudantes de História têm no currículo matérias específicas para análise de fontes (quanto à sua veracidade e importância), bem como quanto ao discurso (a imprensa é considerada fonte secundária, pois o repórter nem sempre é testemunha ocular dos fatos, reproduzindo a versão de quem viveu a situação), os graduandos em Jornalismo não recebem orientação específica a esse respeito. A falta de reflexão sobre as intersecções entre Jornalismo e História já foi percebida por Ribeiro e Herschmann, como se pode conferir no trecho reproduzido abaixo:

Antes de mais nada, poder-se-ia anunciar – de forma introdutória – o que nos motivou a concretizar essa iniciativa neste momento. Em primeiro lugar, foi a constatação de que, apesar de a interface da Comunicação com a História ser uma das mais profícuas e rotineiras nos estudos de Comunicação, é também uma das menos debatidas no meio acadêmico, especialmente no Brasil (RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, p.7)

Os conceitos de lide, objetividade e imparcialidade, por exemplo, são muito discutidos nas faculdades de Jornalismo, enquanto a concepção do Jornalismo como uma forma de registro da História não é incentivada, apesar da importância deste para o conhecimento dos acontecimentos do passado. Ainda que apresentada nos congressos de comunicação, a discussão fica restrita à pós-graduação, não recebendo a devida atenção nos cursos de graduação.

Preocupação com imparcialidade e objetividade são comuns às duas áreas, que divergem, no entanto, quanto ao distanciamento temporal da realidade analisada — a História ocupando-se dos fatos passados e o Jornalismo, com os acontecimentos contemporâneos. Com a proeminência da Escola dos Annales e a emergência da modalidade História do Tempo Presente, contudo, dá-se um reposicionamento do objeto histórico, que passa a poder ser uma ocorrência recente. O passado, assim, assume uma nova perspectiva temporal. A nova situação reposiciona o historiador, até certo ponto, deixando-o muito próximo do fazer jornalístico, enquanto a atividade jornalística, especialmente aquela realizada na forma de livros-reportagem, avizinha-se cada vez mais da historiografia. Tem-se

assim um movimento de convergência, de aproximação maior entre Jornalismo e História.

Este estudo visa argumentar que a atividade jornalística pode ultrapassar o campo do contar histórias interessantes e se tornar documento de análise da realidade de uma época importante para o país. Para isso, investigam-se os métodos empregados na produção do livro-reportagem *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, publicado em 2008 pela L&PM Editores. A obra consiste no relato do processo de averiguação e posterior publicação da investigação feita pelo jornalista a partir de 17 de novembro de 1978, data em que tomou conhecimento de que quatro uruguaios — dois adultos e duas crianças — foram sequestrados pela polícia em Porto Alegre. A partir da apuração, a revista *Veja*, veículo para o qual Luiz Cláudio Cunha trabalhava na época, publicou uma série de reportagens sobre o caso. O livro, cujo autor foi um dos responsáveis pela abordagem do assunto na grande mídia, é o registro desse fato.

Lílian Celiberti e Universindo Díaz foram presos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978. Junto com eles, foram detidos também dois menores, filhos de Lílian: Camilo, então com 8 anos, e Francesca, 3. Levados de volta ao Uruguai, não sem antes sofrerem torturas físicas e psicológicas, os adultos foram mantidos em prisões diferentes por motivos políticos. As crianças foram entregues aos avós maternos.

A publicação do livro, 30 anos depois do início da apuração realizada para as reportagens da revista *Veja*, relata o trabalho do repórter na sua busca por informações verdadeiras, em detrimento das versões oficiais. A edição não é, no entanto, uma simples compilação das matérias publicadas durante os anos que se seguiram ao rapto, mas uma narrativa completa do processo de busca de fontes e dados para o trabalho do jornalista.

Tomando-se o livro-reportagem como objeto empírico, nesta pesquisa analisam-se as características que o aproximam de uma forma de narração da História do Tempo Presente. Para isso, investigam-se os processos de trabalho empregados por jornalistas nesse tipo de empreendimento para que se possa afirmar que esses profissionais exercem o papel de historiadores do tempo presente. Portanto, o objetivo geral desta monografia é analisar o livro-reportagem *Operação*

*Condor* – *O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de forma a identificar as características que fazem dessa obra jornalística uma forma de narrativa da História do Tempo Presente.

Para atingir esse objetivo, fez-se necessário perseguir os seguintes objetivos específicos: inicialmente, discutir as novas concepções da História que ampliam o campo de atuação do historiador e estabelecer a sua relação com o fazer jornalístico. Num segundo momento, compreender o contexto da época de publicação das matérias originais e a gravidade da denúncia do sequestro no curso dos acontecimentos daquele período. Este objetivo é imprescindível para se apreender a importância do caso analisado na realidade dos dois países envolvidos. Por fim, analisar, a partir de critérios utilizados na ciência histórica, conforme Padrós (2004), aspectos que fazem do livro *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios* uma narrativa da História do Tempo Presente.

Para o desenvolvimento do estudo, utiliza-se como metodologia, além da revisão bibliográfica, uma entrevista com o autor do livro e a análise qualitativa da publicação, conforme parâmetros estabelecidos por Padrós (2004). A revisão bibliográfica é o instrumento que permite fazer a intersecção entre as áreas do Jornalismo e da História, bem como para o entendimento do processo histórico que se desenvolvia no momento. Utilizando materiais já elaborados, foi possível ater-se mais na apreciação das questões específicas do livro de Luiz Cláudio Cunha. Para comparar as áreas de atuação e os processos envolvidos no exercício dos ofícios de historiador e jornalista, foi necessário analisar os dados acerca desses processos. Isso foi feito a partir de pesquisa nos documentos de regulação das profissões e de manuais de registro da História, assim como das formas de contá-la.

A entrevista com o jornalista Luiz Claudio Cunha, realizada por e-mail a pedido do jornalista, foi estratégia de pesquisa complementar, necessária para o esclarecimento de questões sobre o processo de produção das reportagens, não suficientemente ilustradas no livro-reportagem. Com isso, pretendeu-se elucidar questões importantes a respeito do fazer jornalístico em regimes de exceção. A conversa partiu de uma entrevista semi-direcionada, com um roteiro de perguntas pré-estabelecidas.

Esta monografia está estruturada em cinco capítulos. Depois desta Introdução, no Capítulo 2 faz-se a conceituação teórica de História e Jornalismo,

bem como as relações possíveis entre as duas áreas a partir de visões de ambos os lados. Ainda no segundo capítulo, é discutida a relação entre Jornalismo e memória, importante para o exame do relato jornalístico e dos registros históricos. Procura-se também conceituar a reportagem jornalística, delimitando o Jornalismo no campo das grandes matérias que dão origem a livros-reportagem, que transcendem a efemeridade das notícias diárias e alcançam status de registro histórico.

O terceiro capítulo apresenta um resgate da conjuntura vigente no período analisado. A fim de entender o contexto da época (ditadura militar no Cone Sul), buscam-se dados e informações em documentos históricos, em arquivos e na bibliografia existente sobre o período. Com isso, acredita-se fazer um panorama de ação dos regimes totalitários na América Latina e, assim, entender como os instrumentos de coerção utilizados controlavam os veículos noticiosos. Para este capítulo, também são consultados os depoimentos de Universindo Diaz, Lílian Celiberti e Camilo Celiberti, concedidos anos depois do seqüestro, em entrevistas a jornalistas uruguaios e brasileiros.

Ao relemburar o contexto do sequestro dos uruguaios, a pesquisa resgata a realidade da Ditadura Militar que assolou o Brasil entre os anos 1964 e 1985, bem como a cooperação internacional do regime com outros governos ditatoriais da América do Sul. Assim, estudar a cobertura jornalística desse sequestro é relevante não apenas para a história do Jornalismo, como também para a história desse período no país, que aos poucos vai caindo no esquecimento.

No quarto capítulo, faz-se a análise do objeto empírico propriamente. Considera-se que o livro *O Sequestro dos Uruguaios* é um modelo de como o Jornalismo pode servir de documentação de acontecimentos relevantes para a história da humanidade. A análise qualitativa do objeto nos permite a compreensão prática da teoria. A partir dessa avaliação, identificam-se as características do profissional, as especificidades de trabalhar com um tópico abrangente e significativo para a realidade do país e as dificuldades em registrar os episódios. A análise é feita com base em critérios desenvolvidos por Padrós (2004) para a escrita da História do Presente.

Acredita-se que a obra seja um exemplo de que narrar a História do Presente é parte das atribuições do jornalista, não dispensando a formação teórica do historiador. Nela, como em muitas outras grandes reportagens feitas por jornalistas,

está o registro da História enquanto ela é vivida. *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* é um relato do que ocorreu naqueles anos incertos. Trata-se, portanto, do registro jornalístico da História no exato momento em que ela estava ocorrendo.

O quinto capítulo é reservado às considerações finais, quando se analisa o conjunto do trabalho em relação aos seus objetivos e expõem-se as dificuldades encontradas no percurso, bem as questões surgidas durante a execução da pesquisa e que merecem uma reflexão posterior.

Neste trabalho, adota-se a grafia de História, com inicial maiúscula, sempre que nos referirmos à ciência historiográfica, ou ciência histórica, isto é, à História como disciplina acadêmica. Para falar sobre o curso dos acontecimentos utiliza-se história, com inicial minúscula. Nesse caso, a palavra deve ser entendida como a sucessão de fatos e acontecimentos, ou mesmo a narrativa deles. Nas passagens escritas pelos autores utilizados como referência, optou-se pela manutenção da escrita original, pois se avaliou que alterar a forma original comprometeria a literalidade da citação e, por outro lado, sua conservação não afetaria o entendimento do conteúdo.

O gosto pelo tema e a vontade de compreender o Jornalismo como registro do presente são fatores pessoais que nos motivam a desenvolver esta investigação. Tomar o Jornalismo como braço direito da História — e vice versa —, foi o critério de opção pelo primeiro curso, e não pelo segundo. A interdisciplinaridade das áreas e a importância de ambas para a sociedade é o que norteia os nossos trabalhos como jornalistas.

Recentemente, enquanto este trabalho era concebido, Universindo Díaz, um dos uruguaios sequestrados, faleceu devido a um câncer na medula, após passar por um transplante. O que nem as ditaduras militares brasileira e uruguaia juntas conseguiram, a doença conseguiu. Nós o entrevistamos em abril de 2009, para matéria do *Jornal da Universidade*. A conversa girou em torno do trabalho do historiador, que consistia em recuperar as lutas do movimento operário no Uruguai. Apesar dos sofrimentos pelos quais passara, Universindo não demonstrava revolta ou mágoa, apenas necessidade de justiça. Sua morte precoce, sem ver a verdade revelada, torna ainda mais importante o registro do seu desaparecimento em 1978.

## **2 INTERSECÇÕES ENTRE JORNALISMO E HISTÓRIA**

No presente capítulo, procura-se fazer uma aproximação entre os campos da História e do Jornalismo, para que se possa, posteriormente, defender a relação existente entre História e Jornalismo no objeto empírico analisado. Dentre essas teorias, destacam-se a Escola dos Annales, bem como a História do Presente e a sua relação com o fazer jornalístico. Pela perspectiva jornalística, faz-se necessária a conexão entre Jornalismo e memória, bem como a delimitação do Jornalismo aqui estudado.

### **2.1 A expansão da História**

#### **2.1.1 A Escola dos Annales**

Durante séculos tratada como narrativa dos acontecimentos políticos e militares, seja como crônicas, memórias ou estórias, a História encontra, a partir do Iluminismo, um novo caminho. Ao desobrigar-se do registro dos feitos dos grandes homens, a Ciência Histórica, principalmente a partir do século XIX e mais intensamente no século XX, volta-se para a plenitude humana. A História repensou as relações com as fontes históricas, inclusive com o Jornalismo. Assim, surgiram novas correntes metodológicas que passaram a olhar com certa simpatia para o trabalho do jornalista, entre as quais destaca-se a Escola dos Annales e sua História Nova.

A preocupação com uma História mais completa e abrangente foi resultado da consciência da natureza multifacetada do homem e, por consequência, das descobertas feitas por ele. A ciência histórica reconhecia, pela primeira vez, que não era soberana e suficiente, pelo menos não como era exercida até então, para explicar os processos todos por que passou a humanidade até o momento. A partir desta constatação, a História que levava em consideração apenas o extraordinário não é mais suficiente para esclarecer o contexto mundial e as transformações ocorridas ao longo dos anos (BURKE, 1997). Estendem-se, a partir daí, os instrumentos utilizados pelos historiadores no seu ofício. As demais ciências são chamadas ao campo da História.



A grande ruptura ocorreu em 1929. Trata-se de uma vertente historiográfica surgida na França através da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, criada por Marc Bloch e Lucien Febvre. A publicação apresentou uma nova espécie de História que ainda hoje incentiva mudanças no pensamento histórico. Pode-se citar três características básicas da obra:

Em primeiro, a substituição da tradicional narrativa de acontecimento por uma história problema. Em segundo lugar, a história de todas as atividades humanas e não apenas história política. Em terceiro lugar, visando completar os dois primeiros objetivos, a colaboração com outras disciplinas, tais como a geografia, a sociologia, a psicologia, a linguística, a antropologia social, e tantas outras (BURKE, 1997, p. 11).

Os dois autores fundadores da publicação não estavam satisfeitos com a maneira pela qual a História era tratada até então. Consideravam a investigação como pré-requisito para o trabalho do historiador. Esse tipo de trabalho era feito em outros formatos, em parceria com outras áreas de pesquisa, para a construção de uma “História Total” (BURKE, 1997). Bloch e Febvre incorporaram às suas pesquisas e fontes de informação os avanços realizados por pesquisadores de outras áreas. Dedicaram, também, um olhar especial aos grupos sociais negligenciados pelos historiadores. A colaboração com a Geografia, a Lingüística, a Economia e a Psicologia foi, aos poucos, incorporando a essa nova maneira pensar a realidade histórica.

Já no primeiro número da revista, publicado em 15 de janeiro de 1929, observam-se os fundamentos do novo jeito de pesquisar e escrever a História. Sai de cena o trabalho individual, solitário, e entra a pesquisa interdisciplinar, colaborativa com as ciências humanas:

Trazia uma mensagem dos editores, na qual explicavam que a revista havia sido planejada muito tempo antes, e lamentavam as barreiras existentes entre historiadores e cientistas sociais, enfatizando a necessidade de intercâmbio intelectual. O comitê editorial incluía não somente historiadores, antigos e modernos, mas também um geógrafo [...], um sociólogo [...], um economista [...], um cientista político [...] (BURKE, 1997, p. 33).

Apesar de atribuído a ambos o centro do grupo, os membros da Escola dos Annales muitas vezes discordam das metodologias empregadas (BURKE, 1997). Entretanto, suas semelhanças ainda permitem sua classificação como integrantes da mesma perspectiva teórica. Ainda que caiba questionamento sobre a unidade do movimento, a Escola dos Annales pode ser dividida em três fases distintas, para fins de estudo. Nos primeiros anos, de 1920 a 1945, liderada por Bloch e Febvre, era um movimento radical, crescente, embora ainda sem força suficiente para alterar o *status quo* vigente na ciência histórica. Após o término da Segunda Guerra Mundial, o quadro inverteu-se, e a teoria defendida pelos seguidores dos Annales foi amplamente aceita. É esta a fase, cujo expoente é Fernand Braudel, considerada uma “escola”, com novos conceitos e métodos de estudo. A terceira etapa do movimento, iniciada aproximadamente em 1968, é profundamente marcada pela fragmentação. Com o deslocamento de seus membros em direção a outras percepções históricas – até mesmo com a retomada da História Política e da narrativa –, a Escola dos Annales perdeu força. Braudel foi substituído por Jacques Le Goff, que, desenvolvendo a História Nova, dá continuidade ao processo de expansão da História iniciado pelos fundadores da revista (BURKE, 1997).

#### 2.1.1.1 A História Nova

Subdivisão da Escola dos Annales, a História Nova preocupa-se em registrar as versões tradicionalmente ignoradas, dar voz aos oprimidos. Ela observa o passado a partir do campo econômico-social, não mais do campo político, e percebe fatos e situações nos quais a Historiografia Metódica não estava interessada. Indo além, amplia a noção própria de História. Para Burke (1997), ela se apresenta como uma ciência total, completa, contra todo e qualquer tipo de especialização. Pioneira, ambiciona pesquisas multidisciplinares, transforma o campo da História.

Surgida no início dos anos 1950, a tendência adquire lugar de destaque na ciência histórica mundial somente vinte anos mais tarde. Le Goff revoluciona a historiografia ao defender que a História não deve ser entendida como ciência do passado, e sim como a ciência da mutação e da explicação dessa mudança. Recusa, sobretudo, a noção de História linear, com o tempo bem delineado e irreversível, até então defendida pelos historiadores tradicionais. A análise, para a

História Nova, deveria centrar-se menos nos personagens e mais nas estruturas, dirigindo o trabalho do historiador especialmente para o lado repetitivo, cíclico, constante das ações humanas.

Bastante influenciada pelas ciências sociais, a História Nova também propunha mudanças nas técnicas e nos métodos utilizados na pesquisa. Abandona o documento oficial em favor dos registros de massa, que guardavam o cotidiano da população em geral. Valendo-se de uma enorme variedade de novas fontes de pesquisa, desde pictografia até o cinema e a oralidade, atribui valor de documento histórico à fotografia e ao Jornalismo. Emprega-os, contudo, com uma visão crítica.

A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundamentada essencialmente nos textos, no documento escrito, por uma história baseada na multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais, etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem (LE GOFF, 1998, p. 28 e 29).

Logo, a História Nova utiliza-se de todos os vestígios, escritos ou não, produzidos no passado e encontrados no presente para preencher as lacunas do conhecimento sobre o passado. Não descarta as descobertas e os registros feitos pelas demais ciências, como a sociologia e a antropologia: transforma-os em material primeiro de pesquisa.

### 2.1.2 A História do Tempo Presente

Ao ultrapassar as fronteiras das fontes tradicionais e ampliá-las aos registros orais, a pesquisa histórica esbarrou nos depoimentos de testemunhas oculares, o que era inevitável. Essa nova metodologia, no entanto, aproximou cada vez mais o objeto histórico do presente do historiador. Aos poucos, a noção de passado histórico confundia-se com o de presente vivido.

“História Próxima”, “História do Imediato” e “História do Tempo Presente” (ou simplesmente “História do Presente”) são termos empregados pelos pesquisadores

para designar o estudo histórico de fatos recentes, em que os protagonistas ainda estão vivos. Esse período pode variar de 30 a 50 anos do estudo do caso:

A imediação de certa história que se elabora hoje [...] baseia-se tanto em sua instantaneidade (os americanos falam de “Instant History”, conceito muito mais limitativo) quanto na relação afetiva entre o autor e o objeto da sua pesquisa (LACOUTURE, 1998, p. 217).

Não abandonando o passado remoto, todavia incorporando também os acontecimentos contemporâneos, surgiram correntes dentro da própria historiografia para defender o estudo do presente pelos historiadores. Para Bernstein e Milza (1999, p. 127) “a história do presente é primeiramente e antes de tudo história”. Para Jean-Pierre Rioux, esse campo historiográfico seria “um vibrato do inacabado que anima todo um passado, um presente aliviado de seu autismo, uma inteligibilidade perseguida fora de alamedas percorridas, é um pouco isto, a história do tempo presente” (RIOUX, 1999b, p. 50).

Assim como a História Metódica, tradicional, focada especificamente no que se convencionou chamar de “passado”, a História do Tempo Presente utiliza os registros humanos e avalia as ações da sociedade. A dificuldade de se estabelecer uma linha divisória entre os fatos do “passado” e do “presente” se dá pela variedade de opiniões e, para Bernstein e Milza (1999), essa fronteira é altamente mutável. Com isso, a metodologia específica para esse tipo de História ainda está em discussão.

Relegada, muitas vezes, a outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e o Jornalismo, a História do Presente foi requisitada para a ciência historiográfica com a ascensão de pesquisadores que se propuseram a refletir sobre esse novo conceito de objeto histórico.

Se a imediação em tal domínio é quase inacessível, isso vem do fato de que a operação histórica é verificação, delimitação, exclusão, coleção, e supõe a intervenção de um mínimo de meios técnicos de mediação, caneta, papel, cola, pastas, documentos. Não é por acaso que o veículo e o lugar privilegiado da “história imediata” assumiu a denominação global de meios de comunicação de massa. Estranha imediação, que se baseia no recurso aos meios (LACOUTURE, 1998, p. 216).

Segundo Rioux (1999a), foram os jornalistas que cruzaram os limites e impuseram a discussão aos historiadores, que continuaram com receio de repensar a História. A própria alteração nas rotinas das redações jornalísticas, que passaram a dar importância cada vez maior à pesquisa documental e à exibição da memória arquivada no jornal, demonstrou a vontade dos profissionais da imprensa de elaborar um trabalho que perdurasse mais do que as notícias da época, o que obrigou os historiadores a aceitarem ou, no mínimo, a admitirem a existência dessa nova modalidade de Jornalismo.

## **2.2 Jornalismo e memória**

Para a abordagem da reconstrução histórica, é essencial a definição do conceito de memória, pois ele é fundamental para a prática do registro narrativo. Para Ribeiro e Ferreira (2007, p. 7), a atuação da imprensa é essencial nos dias de hoje para que o público compreenda o processo histórico em que está inserido. Nesse sentido, é fundadora da memória e mesmo da história do povo contemporâneo. Ao mesmo tempo, os veículos de comunicação selecionam os fatos a que darão destaque, trazendo à luz alguns acontecimentos em detrimento de outros. Os jornalistas frequentemente escolhem os conflitos de maior apelo popular, isto é, os trágicos, emocionantes ou revoltantes para registrar. Apesar da aparente preocupação em ser imparcial, a mídia, em geral, desenvolve temáticas de acordo com as opções ideológicas que lhes são mais apropriadas. Os meios de comunicação produzem uma visão da realidade social que contribui para “criar” a realidade que pretende descrever.

Por conseguinte, o Jornalismo tem hoje o papel fundamental de interpretar a realidade e devolvê-la à sociedade. A mediação é efetuada ao serem escolhidos os acontecimentos relevantes e, portanto, dignos de registro. Ao agarrar a realidade e transformá-la em algo palpável nas páginas dos jornais, a classe jornalística reforça e altera a memória social dos indivíduos. Destacando um fato, automaticamente relega-se outro ao esquecimento. Para Andrade e Vaz,

A ideia de que a memória é um fenômeno de reconstituição do passado, correlacionado com o presente, passa a configurar como o centro de importantes concepções geradas ao longo da historiografia contemporânea.

O fato de ser narrado torna a ser vivenciado, reinterpretado e, então, reconstruído, passando, dessa forma, a ser apontado como contemporâneo do historiador e não do acontecimento (ANDRADE; VAZ, 2011, p. 203).

A própria maneira de lidar com as lembranças já nos apresenta características importantes do indivíduo. Como nos dizem Herschmann e Trotta (2007, p. 71-72), os processos através dos quais os indivíduos arquitetam suas narrações do acontecido “sinalizam maneiras de se apropriar de determinado *passado*, sedimentando elementos, personagens, histórias, músicas, rituais e visões de mundo que reforçam sua identidade”.

A maneira como o sujeito organiza as próprias lembranças é uma questão cada vez mais complexa e atual. Na contemporaneidade, com o que Barbosa (2007b, p. 7) chamou de “destruição sistemática da memória coletiva”, o limite entre o lembrar e o esquecer se torna delicado<sup>2</sup>. A obsolescência acelerada dos bens de uso, o desgaste dos espaços urbanos e o desenraizamento das formas de existência levam principalmente os jovens a se identificarem apenas com o presente efêmero.

Por outro lado, nota-se a cultura do arquivamento presente na sociedade contemporânea, originada da sensação de que a realidade irá em breve transformar-se. A partir daí, percebe-se a utilização das novas tecnologias de registro para obtenção de um arquivo total e infinito. O uso da informática, por exemplo, para manutenção de arquivos, é uma tentativa de cessar a dissolução do tempo. Citando Andreas Huyssen, Barbosa diz que a própria memória espetaculariza-se e torna-se objeto da sociedade de consumo, sem, no entanto, esquecer o passado: “dizer que as práticas mnemônicas são marcadas pela sua transformação em mercadoria espetacularizada não significa – como lembra Huyssen– que inevitavelmente se

---

<sup>2</sup>O conceito de memória coletiva, criado por Maurice Halbwachs no final dos anos 50, compreende a articulação e reestruturação das lembranças a partir dos grupos sociais comuns dos indivíduos. Assim, o conjunto de lembranças compartilhadas por esses grupos são o conteúdo da memória coletiva. Memória coletiva e História estão intimamente ligadas, uma vez que a primeira confere importância a momentos históricos significativos, preservando o valor do passado para os grupos sociais. Se, por um lado, há a impossibilidade de uma lembrança totalmente individualizada, uma vez que a memória não se constrói sem a influência da comunidade afetiva, por outro lado, a consciência individual funciona como uma barreira para a ditadura da coletividade. A memória individual pode, então, ser entendida como uma forma de como o sujeito se apropria das lembranças e significações coletivas e as articula de maneira única (SCHMIDT; MAHFOUD, 1993).

banalize o passado” (BARBOSA, 2007b, p. 42).

Por estar relacionada, sobretudo, à maneira como os sujeitos se reconhecem na sociedade, a memória coletiva, gerada a partir das vivências comuns dos indivíduos, segundo Barbosa (2007b), é sempre plural e multifacetada, existindo nos diferentes tempos e espaços sociais. Destarte, a ideia de apreensão da memória coletiva é dificultada pela heterogeneidade de informações.

[...] é apenas como uma metáfora que se desenvolve a ideia de que uma sociedade ou um grupo possui lembranças, comemora o passado, celebra sua identidade, assegurando-se, com isso, uma função de integração social (BARBOSA, 2007b, p. 50).

Barbosa considera a História uma espécie de memória coletiva, de lembranças repartidas em função de uma vivência em comum de diversas pessoas. Conforme a pesquisadora, essa categoria é o que conhecemos como memória histórica, que engloba a presença de grandes mitos coletivos, construídos através de testemunhos, histórias de vida, autobiografias. A memória coletiva é, ao mesmo tempo, a recordação do passado e sua evocação no presente, interpretada com base nas convicções do agora. As características socioculturais do grupo também têm grande importância na ordenação e valoração do passado, pois é o meio ao qual pertence o indivíduo que lhe fornece “meios de reconstruir o passado (os calendários, as palavras que exprimem a lembrança, as convenções, os espaços, as durações que dão ao passado a sua significação)” (BARBOSA, 2007b, p. 48).

Pensar o Jornalismo como memória significa torná-lo um documento histórico, que reúne os testemunhos do que foi vivido. Os jornais são uma espécie de memória coletiva arquivada, classificada por Barbosa (2007b, p. 51) como “monumento de memória”. Ao trazer o passado para o presente, o texto jornalístico transforma-se em uma espécie de relatório de época, regido pela busca da verdade.

Analisando-se a narrativa histórica presente nos meios de comunicação, também percebemos a intersecção entre as áreas da Comunicação e da História. Buscando referências no passado, cada vez mais a mídia faz uso da História e de seus diferentes tempos. Para Barbosa, “há nessas textualidades um novo sentido temporal que emerge da dimensão narrativa. Um tempo atual, incessante e permanentemente atualizado aparece [...] ao lado da constante evocação do

passado” (BARBOSA, 2008, p. 83).

Não se pode ignorar, igualmente, a própria noção de temporalidade encontrada na imprensa, já que o material produzido está inserido em um período histórico e carrega em si as características do tempo em que foi elaborado. A tipografia utilizada, o vocabulário empregado, o tipo de impressão e reprodução são elementos por si só detentores de traços de uma era e, portanto, tradutores da época em que foram efetuados.

### **2.3 O Jornalismo como narrativa**

Contar e escrever a própria história é um ato intrínseco ao ser humano, sendo possível encontrar registros do costume já no século VII a.C. (ANDRADE; VAZ, 2011). É uma forma de estar no mundo e entendê-lo. Seja por meio do discurso escrito, seja por outras formas de expressão, como teatro, cinema, dança, desenhos, a narração é o modo como o indivíduo organiza as lembranças, desejos e expectativas de acordo com a realidade que consegue apreender.

As diferenças nas formas de narrar os eventos ocorridos permite classificá-las em gêneros. Para este estudo, é importante ater-se às designações de gênero das narrativas escritas, em que se localiza o objeto empírico desta pesquisa. Segundo Barbosa (2007b), nessa categoria encontram-se duas formas de narração: de um lado, as narrativas com pretensão à verdade, como é o caso do discurso da ciência e do Jornalismo; e, de outro, as narrativas ficcionais, como a literatura.

As características básicas do Jornalismo que tornam possível classificá-lo como um método de narração são, especialmente, a peripécia (também chamada de intriga) e a verossimilhança. É a presença da intriga que transforma o texto em narração. Sem a peripécia, o documento escrito é apenas a descrição de um fato. Barbosa (2007a), recuperando Ricoeur e Aristóteles, afirma:

A organização da intriga consiste, pois, na operação de seleção e organização dos acontecimentos (as ações contadas) que permite a história contada (qualquer que seja ela) ser completa e uma, com começo, meio e fim. A ação é, assim, apenas o começo de qualquer história, que se converte em meio se provocar, na história contada, uma mudança de destino, uma “peripécia” surpreendente, uma sucessão de incidentes



aterradores. E essa mesma história só constrói o seu fim quando conclui o curso da ação, desatando o nó inicial, selando, por exemplo, o destino do herói e produzindo no ouvinte a katharsis da piedade e do terror (BARBOSA, 2007a, P. 20).

Na cobertura diária feita pelos jornalistas, pode-se notar claramente a questão da peripécia, definida justamente como a notícia. É o diferente, a ruptura do curso natural dos fatos. A peripécia está presente principalmente nas histórias que captam o leitor pelo emocional, como é o caso das notícias de grande apelo popular, centradas em figuras que provocam empatia com o público e se destacam por uma atitude inesperada.

Por outro lado, a narrativa, sobretudo a jornalística, é baseada no conceito de verossimilhança, embora o discurso seja apresentado, muitas vezes, como sinônimo de verdade:

Quando o passado é reconstruído, figura-se uma idéia que existe como gênese e não sua inteligibilidade. Assim, os meios de comunicação apresentam nas suas narrativas uma contradição intrínseca: buscam a verdade do passado, quando o que podem oferecer é a verossimilhança (BARBOSA, 2008, p.89).

Embora o passado seja irrecuperável, uma vez que as situações se modificam e não são, portanto, passíveis de reconstituição exata, a busca pela versão mais provável do acontecimento é o que norteia tanto o trabalho jornalístico quanto a pesquisa historiográfica. Os jornalistas, assim como os historiadores, constroem versões que precisam ser plausíveis, verossímeis.

### 2.3.1 O livro-reportagem

Exemplo maior do Jornalismo como narrativa, a discussão do livro-reportagem como uma disciplina que ultrapassa o âmbito do simples Jornalismo diário pode ser vista na obra de Lima (1993). Para o aprofundamento da questão, faz-se necessária a conceituação de livro-reportagem como um gênero do Jornalismo:

Entendendo a reportagem a ampliação da notícia, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não-periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalísticos periódicos (LIMA, 1993, p. 26).

O aprofundamento do relato pode ser entendido por dois vieses: no sentido da abordagem extensiva de um assunto, minimalista nos detalhes, ou na verticalização do assunto, buscando-se as causas e consequências mais escondidas, saindo-se da superficialidade abordada nas páginas noticiosas. Nesse sentido, os livros-reportagem são classificados em dois grandes grupos: a obra pode ter sido pensada como uma série de reportagens independentes, posteriormente reunidas e acrescidas de informações em uma publicação única, ou ter sido planejada como livro, originando-se já no formato que foi publicado (LIMA, 1993).

Pode-se distinguir o livro-reportagem das demais publicações também por três aspectos: quanto ao conteúdo, quanto ao tratamento e quanto à função. Em relação ao primeiro ponto, o livro-reportagem ocupa-se, primordialmente, dos assuntos verdadeiros e verossímeis. Como em toda obra jornalística, as lacunas devem ser preenchidas com informações apuradas junto a fontes confiáveis e presentes na matéria, nunca criadas pelo jornalista. O segundo tópico nos coloca a obrigatoriedade da utilização da linguagem jornalística como imperativa no livro, incluindo-se os recursos gráficos, como ilustrações, fotografias, charges e cartuns. O terceiro quesito aproxima novamente a obra ao Jornalismo, distanciando-a da literatura. Mais do que entreter e distrair os leitores, o objetivo principal do livro-reportagem é informar e explicar as eventualidades ao leitor (LIMA, 1993).

Apesar de focar prioritariamente a relação entre Jornalismo e Literatura, Lima apresenta a definição de livro-reportagem-história, fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa:

O livro-reportagem-história focaliza um tema do passado recente ou algo mais distante no tempo. O tema, porém, tem em geral algum elemento que o conecta com o presente, desta forma possibilitando um elo comum com o leitor atual (LIMA, 1993, p. 54).

O autor cita como exemplo desse tipo o livro *Olga*, de Fernando Morais,

publicado em 1986 pela editora Alfa-Omega. Segundo Lima, a obra representa o trabalho jornalístico aliado à necessidade de expor a vida da personagem. Olga Benário, alemã e judia, casou-se com o brasileiro Luís Carlos Prestes e foi deportada, grávida, para a Alemanha Nazista, por ordens expressas do então presidente Getúlio Vargas, em 1936, durante o regime do Estado Novo. Para Lima, o assunto torna-se relevante por estar intimamente relacionado a acontecimentos do presente.

Para a realização de qualquer livro-reportagem, a busca por informações relevantes e verdadeiras é fundamental:

Referindo-se à coleta de dados em fontes registradas de conhecimento, o termo aplica-se tanto ao Jornalismo cotidiano quanto ao livro-reportagem. Mas, sem dúvida, é neste que a documentação, como auxílio à fundamentação do tema de que trata a reportagem, sobretudo na matéria de profundidade e em especial a que focaliza mais a *situação* e a *questão* do que o *fato* ou o acontecimento isolado, ganha vigor e poder de sustentação (LIMA, 1993, p.128-129).

Segundo o autor, os livros-reportagem publicados nos últimos anos no Brasil não têm se preocupado com esse item, preferindo versões de entrevistas obtidas com personagens que vivenciaram o ocorrido. Como exceção positiva, cita o livro de Fernando Morais. Nós acrescentamos a obra de Luiz Cláudio Cunha.

O livro-reportagem não apresenta, diferentemente das matérias publicadas nos veículos tradicionais, periodicidade ou prazo de validade. O conceito de atualidade, para essa categoria, possui outros contornos (LIMA, 1993). Percebe-se no livro-reportagem uma extensão de tempo presente superior àquela que se encontra nos periódicos. Enquanto no jornal diário o atual é o hoje e o ontem, e em uma revista semanal esse período pode ser ampliado em alguns dias, no livro-reportagem essa noção é alargada, desde que não se perca o sentido de contemporaneidade:

Nesse caso, o núcleo central do tempo presente deixa de ser o fato desencadeador central da ocorrência em si, para ser muito mais o seu contexto, obrigando a prática jornalística dos veículos impressos não-diários a entrar cada vez mais no terreno da opinião, da interpretação, do

aproveitamento dos fatos, em suma (LIMA, 1993, p. 30-31).

A flexibilização do tempo no relato jornalístico também é responsável pela entrada dos jornalistas na História. A não existência de uma hora do fechamento (*deadline*) oportuniza aos autores de livro-reportagem uma apuração mais completa e detalhada e um cuidado maior com o texto, ocupando a lacuna deixada pelos demais meios jornalísticos.

O assunto, na maior parte das vezes ignorado pelos grandes conglomerados de comunicação, também diferencia o livro-reportagem das coberturas mais comuns e o coloca, assim, em uma posição de testemunha da História:

No passado recente do país, um item alinhado ao “desinteresse” por certos temas, na grande imprensa, pelo menos, devia-se à censura em suas diferentes modalidades desde o AI-5 de 1968 à autocensura que as direções dos próprios veículos se impunham, muitas vezes (LIMA, 1993, p.34).

É o caso do tema explorado por Luiz Cláudio Cunha, que, porém, mereceu um espaço destacado na imprensa, apesar das ameaças constantes sofridas pelos jornalistas na época.

#### **2.4 A validade do Jornalismo como fonte histórica**

No texto considerado a primeira tese sobre Jornalismo apresentada em uma universidade – *De relationibus novellis*, de Tobias Peucer, defendida em 1690 na Universidade de Leipzig, na Alemanha – a relação entre Jornalismo e História é claramente abordada. A tese traça uma comparação entre as duas atividades e apresenta as primeiras orientações para o jornalista elaborar um texto claro e condizente com a tarefa que lhe é atribuída.

O autor atenta para os riscos da profissão, regida pelos prazos para fechamento do texto e pela incapacidade de se perceber fazedor de História. No entanto, o maior obstáculo para o registro dos acontecimentos pelos jornalistas é a dificuldade de acesso aos indícios primários, obstáculo mais facilmente contornado pelo historiador, que é treinado para isso.

Peucer é crítico dos métodos utilizados por repórteres, que não compreendem seu trabalho como História. Por reconhecer as falhas, o pesquisador vê com ressalvas a associação anteriormente feita, sem, todavia, negar sua existência:

Não afirmaria absolutamente que a utilidade dos periódicos seja tão grande como a da história escrita [...]. Da mesma forma, não se pode negar que haja neles alguma utilidade que afeta a vida tanto privada como pública dos homens (PEUCER, 2000, p. 212).

Para Bernstein e Milza, ignorando-se a aparente insegurança, é possível delinear os territórios de atuação do historiador e do jornalista, ainda que ambos tenham o mesmo objeto de análise. Para os pesquisadores, o jornalista seria responsável por reconstituir e explicar ao público o cotidiano, fazendo um trabalho útil de informação. Já o historiador seria responsável por restituir a evolução dos eventos de modo a compreender por que processo chegou-se à situação presente, observando as transformações das estruturas sempre a médio ou longo prazo (BERNSTEIN; MILZA, 1999).

A relação e a interdependência entre as duas áreas também é abordada por Rioux. A questão, deixa claro Rioux, desagrade alguns historiadores, que insistem em manter o estudo sob sua área de influência. Contudo,

Eu não acho que uma 'história do presente' teria podido afirmar-se nitidamente na França há alguns anos se antes não se tivesse produzido paralelamente um encontro, provocador, mas frutífero, entre historiadores sedentos de atualidade e jornalistas em busca de legitimidade histórica (RIOUX, 199a, p. 119).

Portanto, foram os jornalistas que cruzaram os limites e impuseram a discussão aos historiadores, que, no entanto, mantiveram o receio de repensar a História. A própria modificação das redações jornalísticas, com a valorização da pesquisa documental e da memória arquivada no jornal, demonstrara o interesse dos profissionais da imprensa em fazer um trabalho que ultrapassasse os limites temporais dos noticiosos. O fato obrigou os historiadores a aceitarem ou, no mínimo, a admitirem a existência dessa nova modalidade de Jornalismo.

A extensão do Jornalismo sobre a História deveu-se, afirma Lima (1993), ao vazio deixado pela historiografia tradicional, que não consegue penetrar as camadas não acadêmicas. Para o autor, o historiador convencional não consegue transmitir seus conhecimentos especialmente por errar na linguagem escolhida:

Seu texto torna-se árido para o grande público, elitista, enfadonho. O excessivo apego à documentação afasta-a [a historiografia metódica] das ruas, das fontes vivas úteis ao resgate do passado. Consequentemente, torna-se difícil o texto ganhar fluidez (LIMA, 1993, p. 284).

A relação entre História e Jornalismo também pode ser notada nas fontes de informação utilizadas por historiadores. Os periódicos conservados em museus tornam-se fonte de pesquisa de cultura e hábitos da sociedade de uma época e lugar. Os vestígios encontrados nas páginas dos jornais e revistas auxiliam o historiador a reconstruir os modos de vida do passado. A materialidade fornecida pela mídia levanta uma reflexão importante: no processo de produção da notícia, o jornalista, auxiliado pelo editor e demais profissionais envolvidos, transfere à reportagem suas impressões do presente já planejando a consulta futura. Para Barbosa e Ribeiro,

As notícias são construídas não apenas para o presente, mas para o futuro. Há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na primeira página aqueles que seriam acontecimentos mais duradouros. Produz-se textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse universo os que procurarão por informações sobre um passado próximo ou distante (BARBOSA; RIBEIRO, 2011, p. 11).

De acordo com Neves, Morel e Ferreira (2006, p. 10), “o redirecionamento da imprensa como fonte documental [...] possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos”. Desta forma, abandona-se a postura limitada de tratar a Comunicação como portadora dos fatos e da verdade e se reposiciona a mídia como um mecanismo de ação política que interfere na realidade:

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as

quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a história, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento (NEVES; MOREL; FERREIRA, 2006, p.10).

A presença do passado nos meios de comunicação, portanto, não é uma característica nova. Desde o século XIX podem-se encontrar edições comemorativas nos jornais brasileiros coloniais, e as retrospectivas, que evocam o passado nas edições atuais, já apareciam nas edições do *Jornal do Brasil* antes mesmo de 1900. Há, então, uma dimensão histórica no Jornalismo brasileiro comumente utilizada como retomada da realidade construída na longa duração (BARBOSA, 2008).

Assim, os laços entre o passado e o presente, altamente utilizados tanto pelo Jornalismo como pela História, são reforçados pelos meios de comunicação e alimentados pelos pesquisadores da ciência histórica. Por um lado, a Comunicação toma a História como possibilidade de recuperar fontes acessíveis, responsáveis por trazer o passado para o presente. Por outro, a imprensa representa para a História uma ferramenta para a compreensão de uma época, com todas as suas nuances e visões de mundo. A partir dessa análise, podemos concluir que o passado trazido à tona pelos meios de comunicação e, mesmo, o passado estudado pelos historiadores a partir desses veículos, é claramente delimitado no tempo e espaço, caracterizado pela sua invariabilidade, e distinto do presente como algo absoluto.

Nas páginas seguintes, resgata-se o contexto histórico da época de publicação das matérias originais do objeto estudado no capítulo 4 a fim de entender a importância das matérias de denúncia do sequestro no curso dos acontecimentos daquele período histórico. Estuda-se também a estrutura da sucursal da revista *Veja* e da Editora Abril em Porto Alegre, objetivando-se apreender com mais propriedade a realidade da apuração.

### **3 A COBERTURA DO SEQUESTRO DOS URUGUAIOS**

Neste capítulo, o objetivo é compreender a conjuntura histórica do momento do desaparecimento dos uruguaios em Porto Alegre e resgatar a cobertura do caso pela imprensa local. Para isso, começa-se fazendo um resgate da situação política vivenciada no período por grande parte dos países sul-americanos e, por conseguinte, sobre a Operação Condor, dispositivo de colaboração entre os regimes militares que assolaram a região entre as décadas de 1960 e 1980. Essa retomada é importante para a análise que se pretende empreender no próximo capítulo, dada a relevância do acontecimento representado por esse sequestro para a realidade social brasileira.

Nesta mesma unidade de texto, discorre-se, também, sobre a sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, em 1978, e sobre a atuação dos seus jornalistas, fundamental no desfecho do episódio.

#### **3.1 As ditaduras no Cone Sul**

Entre as décadas de 1960 e 1980, a América Latina foi tomada por golpes militares que derrubaram as democracias vigentes e instituíram ditaduras. Os ataques começaram no Paraguai, em 1954, com o general Alfredo Stroessner. Dez anos depois, foi a vez do Brasil, com o general Castello Branco. Em 1973, estouraram golpes no Chile, colocando no poder o general Augusto Pinochet, e no Uruguai, com Juan María Bordaberry, que dissolveu o Congresso Nacional. A Argentina foi o último país do Cone Sul a ser subjugado pelas forças militares, em 1976, pelo general Jorge Rafael Videla.

Durante os anos em que os militares comandaram a América do Sul, com o apoio do governo dos Estados Unidos da América (EUA), as garantias constitucionais – como o voto democrático e a liberdade de imprensa – foram suspensas. Os governos, já que não tinham o apoio da maioria do povo, abusavam do uso da força para conter os opositores aos regimes. O principal argumento empregado pelos ditadores era o do perigo comunista – discurso reforçado pelo clima da Guerra Fria (DINGES, 2005; MARIANO, 2003 e PADRÓS, 2007).

No Brasil, o golpe aconteceu na madrugada de 31 de março para 01 abril de



1964. Um dos primeiros a instituir regime de força na região, o país era considerado um balão de ensaio para as demais ditaduras, devido à sua importância política e econômica dentro do bloco. O pioneirismo brasileiro serviu de incentivo às forças conservadoras das demais nações do Cone Sul. A partir do sucesso das operações militares no Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi ampliada. Concebida nos Estados Unidos e adaptada à realidade brasileira pelo General Golbery de Couto e Silva, através do Serviço Nacional de Informações (SNI), a DSN era uma ideologia destinada a caçar os inimigos do sistema.

O Brasil influenciara os vizinhos da região desde o golpe de 1964. A ditadura paraguaia começara dez anos antes, mas foi a brasileira a grande preceptora dos governos autoritários na América do Sul, por ter melhor aplicado a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como fórmula de reger os destinos da nação. Seguindo os Estados Unidos, que criaram a DSN depois da II Guerra Mundial, o Brasil adotou o modelo à perfeição, conforme estudos de Joseph Comblin (MARIANO, 2006, p. 74-75).

A ditadura brasileira perpetuou-se por 21 anos (1964–1985) e deixou um saldo de 366 mortos e desaparecidos (MARIANO, 2003, p.21). Durante o período, o governo valeu-se de cinco Atos Institucionais (AIs), que garantiram aos ditadores poderes não previstos na Constituição. Para acobertar o regime e iludir a opinião pública com uma aparente democracia, a presidência era alternada, e os generais eram eleitos de forma indireta. Assim, o Brasil não teve apenas um, mas cinco ditadores no período: Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emilio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985).

No Uruguai, apesar da histórica estabilidade política e econômica, os ânimos acirravam-se. No final da década de 1960, instalou-se uma forte crise econômica, que afetou também os setores políticos e abalou o governo de Jorge Pacheco Areco, do Partido Colorado. O período, conhecido como ditadura constitucional, preparou o terreno para o endurecimento do regime. O país entrou em processo de deterioração social e enorme abalo na economia, agravando conflitos internos. A troca de presidente, em 1972, instigou ainda mais a convulsão. Ao lado do novo chefe de estado, Juan María Bordaberry, também do partido Colorado, as Forças Armadas e as de direita conquistaram mais autonomia e, num quadro de crise, tomaram o poder, com o apoio de Bordaberry, em 27 de junho de 1973.

A escalada ditatorial dos anos 1960 serviu para justificar e amplificar os golpes da década seguinte. Inspirados nos vizinhos, sobretudo no Brasil, o mais sólido governo do continente, Uruguai e Chile também recorreram à solução autoritária, ambos em 1973. Dando continuidade ao efeito dominó que foi aniquilando democracias em seqüência, a Argentina completou a última peça do tabuleiro, em março de 1976 (MARIANO, 2006, p. 14).

A partir da instauração dos governos ditatoriais, países do Cone Sul, particularmente o Uruguai e a Argentina, foram tomados por práticas repressivas aos opositoristas dos novos governos. As opiniões eram fortemente reprimidas e quem ousasse discordar corria risco de vida.

Entre 1972 e 1985 morreram [no Uruguai], em atos vinculados às forças militares, 150 pessoas, entre elas 32 que se encontravam detidas, e a *causamortis* foram as torturas. Os levantamentos apontam a existência de 157 desaparecidos, especialmente em território uruguaio e argentino (VILLALOBOS, 2006, p. 25).

As ditaduras militares no Cone Sul podem ser vistas como um conjunto de políticas de repressão semelhantes, com detalhes particulares a cada uma. Além da conformidade ideológica, os regimes cooperaram entre si, em um esquema que ficou conhecido como Operação Condor. Essa colaboração é uma das mais bem sucedidas experiências internacionais de governo. As Polícias Militares da Argentina, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai estavam autorizadas a agir com a força que fosse necessária para manter a ordem, ainda que fosse preciso recorrer a prisões e torturas de estrangeiros, muitas vezes residentes legais no país onde fossem detidos.

### 3.1.1 A Operação Condor

Com a Operação Condor, iniciada em 1975, as ditaduras assumiram contornos internacionais, desrespeitando as fronteiras geográficas. Exilados políticos não tinham segurança mesmo fora de seus países.

Documentos evidenciam que ela [a *Operação Condor*] tomou forma a partir de outubro de 1975, quando o Chile convocou a “primeira reunião de trabalho de inteligência nacional” entre os regimes militares. O general Pinochet entendia que os governos da região deveriam agir de forma coordenada para combater a ameaça internacional do comunismo (MARIANO, 2006, p. 17 e 18).

A primeira reunião da Operação, que ainda não possuía denominação, ocorreu entre 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, em Santiago do Chile. O Coronel Manuel Contreras, chefe da Direção de Inteligência Nacional (DINA) do país anfitrião, conduziu os debates. Na ocasião, foram decididas as primeiras ações e a forma de atuação da nova aliança. A Operação, batizada posteriormente de Condor em homenagem ao país de Contreras, que possui o pássaro no brasão nacional, teria três fases. Na primeira, seria elaborado um banco de dados internacional com informações sobre as pessoas consideradas perigosas aos regimes. Na segunda fase, etapa na qual ocorreu o caso a que se refere este estudo, os países membros comprometiam-se com a captura e/ou a eliminação de suspeitos nos territórios participantes do acordo. A terceira ampliava a fase anterior e previa ataques pontuais em países “colaboradores”, como os EUA (DINGES, 2005; MARIANO, 2003).

Montou-se, assim, um incrível aparato de perseguição aos dissidentes. Uma simples desconfiança era o que bastava para a acusação, prisão, tortura e até a morte de suspeitos, independentemente de sua nacionalidade. Mantida em sigilo absoluto, a Operação era considerada medida necessária para a manutenção da Segurança Nacional. Era comum a troca de informações entre os governos, além da permuta de presos. Conforme Padrós, não foram poucos os casos de colaboração:

Poucos meses antes do seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre, o cidadão argentino Norberto Armando Habegger desaparecia no aeroporto do Galeão antes de embarcar para Madri. No mesmo local, em 1980, foram capturados os argentinos Horacio Campiglia e Mónica Pinus, os quais foram entregues à ditadura argentina, que, posteriormente, os desapareceu. No mesmo ano, desapareceram o padre argentino Jorge Adur e o estudante Lorenzo Viñas, talvez no Rio Grande do Sul, num local próximo de Uruguaiana (PADRÓS, 2007, p. 376 - 377).

Como lembra Mariano,

O Uruguai foi o que mais aproveitou a cooperação entre as ditaduras. Com o golpe de 27 de junho de 1973, os uruguaios foram submetidos a controle policial. A estrutura de poder era completa: o mando que emanava verticalmente dos quartéis se reproduzia horizontalmente no cotidiano da população. [...] Coagidos pelas armas e por vizinhos de porta, centenas de uruguaios abandonaram o país. A maioria optou pela Argentina, devido à proximidade (bastava atravessar o Rio da Prata) e à familiaridade com a língua espanhola. Eles ignoravam que não havia mais barreiras geográficas para as polícias (MARIANO, 2006, p. 24).

Apesar da ideologia comum, que incluía intensa repressão aos meios de comunicação, os governos militares divergiam em certos aspectos, de acordo com as características socioculturais dos países em que foram implantados. Ainda segundo Mariano,

As ditaduras cooperaram entre si, mas tiveram características distintas. Na Argentina, houve extermínio em massa e o ocultamento de cadáveres, com o lançamento de corpos no Rio da Prata ou em alto-mar. O Brasil abusou do terror psicológico e da contrapropaganda. No Chile, o General Pinochet patenteou os fuzilamentos coletivos, as experiências para desfigurar corpos com o uso de cal. O Paraguai de Alfredo Stroessner se notabilizou por campos de concentração e espancamentos com barras de ferro. No Uruguai, a tática principal foi o encerramento prolongado, por cinco a 10 anos, em diminutas masmorras, além de regulares sessões de torturas (MARIANO, 2003, p. 32).

Respeitando-se essas diferenças, em geral os estrangeiros presos eram entregues à sua pátria, onde recebiam punições severas, como torturas, prisões, e, muitas vezes, a morte. Muitos corpos nunca foram encontrados. A mais famosa intervenção da Operação Condor no Cone Sul é a prisão de Lílian Celiberti, seus dois filhos, Camilo e Francesca, e Universindo Diaz, em Porto Alegre.

### 3.1.2 O sequestro dos uruguaios

Os uruguaios Lílian Celiberti Rosas de Casariego e Universindo Rodriguez Diaz foram sequestrados em Porto Alegre dia 12 de novembro de 1978, um domingo. Junto com eles, foram detidos dois menores, filhos de Lílian: Camilo, então com 8 anos, e Francesca, 3. Lílian era militante do Partido por la Victoria del Pueblo (PVP), do Uruguai, e Universindo, membro da Associação de Estudantes de Medicina daquele país. Os quatro vieram para o Brasil em busca de uma proteção que não encontravam mais no seu país de origem.

O regime civil-militar interrompeu um longo período de respeito à Constituição e Estado de bem-estar social vividos pelo país desde o início do século XX. Milhares de pessoas foram presas, torturadas, e pelo menos 10% da população viu-se obrigada a partir para o exílio [...] Segundo a Anistia Internacional, somente entre 1972 e 1976, mais de 400 mil pessoas foram detidas em prisões e quartéis. Um habitante em cada 100 foi torturado, e um em cada 500 processado pela justiça militar (VILLALOBOS, 2006, p. 23).

Assim, a saída imaginada pelo casal era a fuga. Era esse o cenário no Uruguai quando chegaram ao Rio Grande do Sul. Perseguidos pelo governo, haviam decidido se fixar no Rio Grande do Sul, após uma temporada na Europa, pela proximidade geográfica. Escolheram Porto Alegre para recomeçarem suas vidas, na rua Botafogo, bairro Menino Deus. À época, alimentavam a esperança de que o fim daqueles tempos estivesse próximo.

Na manhã do sequestro, Lílian fora à rodoviária encontrar uma companheira, quando foi abordada por policiais brasileiros que pediram para ver seus documentos. Residente legal no país, a militante pensou que não teria problemas.

Como seguidamente fazia aos domingos, Universindo levaria as crianças ao estádio de futebol do Sport Club Internacional, para que assistissem a uma partida com a participação do jogador Paulo Roberto Falcão, que atraía multidões ao campo. Atleta de destaque no plantel do Internacional, e que viria a se tornar um dos mais importantes e reverenciados na história do clube, o volante já havia sido responsável pelas conquistas dos campeonatos brasileiros de 1975 e 1976, além de cinco estaduais (1973, 1974, 1975, 1976 e mesmo em 1978). Antes de saírem do apartamento rumo ao estádio, foram alcançados por policiais armados e levados para um endereço conhecido e temido: a avenida João Pessoa, esquina com a avenida Ipiranga. Era a sede do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Porto Alegre, no terceiro andar do Palácio da Polícia.

No DOPS, descrito mais tarde por Camilo como “um prédio grande, que ficava na frente de um riozinho, com duas ruas, uma de cada lado” (FERRI, 1981, p.54), os adultos foram interrogados e torturados, a fim de que entregassem seus companheiros. A equipe tinha policiais das duas nacionalidades, brasileira e uruguaia, e Lílian percebia a diferença entre eles:

As atitudes que ambos os aparelhos repressivos tinham comigo era bastante diferente. Enquanto os brasileiros queriam me fazer sentir certa normalidade no episódio e cuidavam na forma de tratamento (ao menos diante dos meus filhos), os uruguaios se importavam bem pouco com estas coisas e tinham um tom sempre ameaçador em suas intervenções (CELIBERTI; GARRIDO, 1989, p.16)

Como se recusaram a falar, foram levados, ainda no domingo, até a fronteira entre os dois países. O plano inicial era que a polícia brasileira entregasse o casal e as crianças à uruguaia, e a parceria terminasse ali. No entanto, ameaçada por um

policial (“ou colaboras ou desapareces”) e atormentada pela ideia da volta ao Uruguai, onde provavelmente seria morta, Lílian acabou por dizer que desejava colaborar (CELIBERTI; GARRIDO, 1989).

As ditaduras empregaram o artifício das desapareções forçadas, com duplo objetivo: apagar as provas do crime e disseminar o horror. Num primeiro momento, ficavam aterrorizados os familiares e os amigos. Em seguida, os vizinhos e os colegas de escola ou de trabalho do desaparecido. Depois, com a multiplicação dos mortos anônimos, o círculo do medo se ampliava concentricamente, abrangendo o conjunto da população. O propósito era ‘imobilizar’ a sociedade, à medida em que ‘desmobilizava’ seus protagonistas mais atuantes (MARIANO, 2006, p. 35).

Em troca da cooperação, a militante exigiu que os policiais assegurassem a integridade física e psicológica dos filhos e a devolução das crianças aos avós. Na segunda-feira pela manhã, 13, contou aos policiais que na sexta-feira seguinte, 17 de novembro, haveria no apartamento da rua Botafogo um encontro com companheiros do partido. A notícia sobre a reunião os deixou excitados, pois alimentavam a esperança de prender pessoas mais importantes. Decidiram, então, voltar ao Brasil. Nesse momento, Lílian já tinha um plano para tentar salvar suas vidas, em que a participação de jornalistas brasileiros seria fundamental.

Lílian retornou ao Brasil acompanhada de policiais brasileiros e uruguaios. Universindo e os filhos ficaram no Uruguai. Na terça-feira, 14 de novembro, já estava de volta ao apartamento da rua Botafogo. Pensava que se não fizesse contato com os companheiros durante toda a semana, contrariando o combinado, de comunicação diária, eles desconfiariam de que ela “caiu” (senha utilizada para avisar que a pessoa fora encontrada pela polícia) e avisariam aos jornalistas.

Na quinta-feira, dia 16, chegou ao apartamento um telegrama de Rubem Prieto, dirigente do PVP, solicitando que Lílian entrasse em contato por um número de telefone. Por um momento, imaginou que seu plano falhara, já que não perceberam a falta de notícias. A princípio, recusou-se a telefonar. Depois, mais calma e pressionada pelos policiais, que acreditavam poder pegar mais integrantes do PVP, decidiu ligar e passar uma mensagem cifrada. Com muito cuidado, elaborou a conversa e mostrou-a aos policiais, que não desconfiaram. Na ligação, pediu a Prieto que “dissesse ao companheiro de São Paulo que, como eu não pudera falar com ele no sábado e não sabia como localizá-lo, [...] lhe avisasse que na sexta-feira eu ia estar na minha casa às cinco em ponto” (CELIBERTI; GARRIDO, 1989, p. 24).

A referência ao poema de Federico García Lorca<sup>3</sup> alertou o companheiro. Como o restante do diálogo não fazia sentido, já que Lílian estivera com o companheiro no sábado e sabia, sim, onde encontrá-lo, Prieto entendeu a mensagem. Lílian havia caído e armado um plano.

Prieto telefonou para os militantes de São Paulo e avisou o que havia acontecido. Hugo Cores, em uma ligação anônima, entrou em contato com o jornalista Luiz Cláudio Cunha, diretor da sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre, e denunciou o sequestro. Mesmo estranhando o recado, na sexta-feira, Luiz Cláudio e o fotógrafo João Batista Scalco foram até o apartamento da rua Botafogo averiguar as informações.

### 3.1.3 A atuação dos jornalistas

Não por acaso, Omar Ferri, advogado contratado pela mãe de Lílian para a defesa dos uruguaios no Brasil, agradece, em *Sequestro no Cone Sul: o caso Lílian e Universindo* (1981),

Aos jornalistas de todos os meios de divulgação, pelo interesse com que acompanharam os fatos, pela coragem com que os revelaram, pelo despreendimento e pela colaboração, armas vitais na derrubada da muralha de mistério e na salvação do casal e das crianças, com minha especial gratidão (FERRI, 1981, p.5).

Já no apartamento, recebidos por Lílian, os jornalistas falaram em espanhol, alertados de que se tratava do sequestro de uruguaios. Com isso, os militares pensaram serem os companheiros esperados por Lílian e os mandaram entrar. Ao verem os agentes fortemente armados, os jornalistas se identificaram. Visivelmente decepcionados, os dois militares que os receberam na porta, mais tarde identificados pelos jornalistas e processados pela Justiça, garantiram que se tratava

---

<sup>3</sup> O famoso verso "A las cinco en punto de la tarde", repetido incessantemente no poema "La cogida y lamuerte", integrante da obra "Llanto por Ignacio Sánchez Mejía", de autoria de Federico García Lorca em homenagem a um toureiro morto em atividade, tinha, para os esquerdistas uruguaios, um teor de denúncia. Essa foi a senha utilizada pelo jornalista Ruben Castillo para combinar, pouco depois do golpe militar no Uruguai, uma greve geral, fortemente reprimida pelo regime. Durante os 15 dias que se seguiram ao golpe, em 27 de junho de 1973, o país sofreu a maior paralisação de sua História (ALVAREZ, 2006). Pelo caráter de resistência, a expressão "a las cinco en punto" carregava a denúncia de que algo estava errado.

apenas de um caso de imigração ilegal, que já estava sendo solucionado. Na saída dos repórteres, os policiais entenderam que Lílian havia armado a situação. E prepararam rapidamente a partida de volta para o Uruguai.

Inegavelmente, a irrupção dos jornalistas no local da *ratonera* abortou a tocaia para prender os contatos do PVP, limitou as possibilidades de sucesso da ação repressiva e permitiu a sobrevivência dos quatro sequestrados. A veiculação, pela imprensa brasileira, do sequestro dos adultos impediu que pudessem ser colocados à *disposición final* ou *trasladados* (sinônimos de desaparecimentos). Apesar de 'reaparecerem' presos no Uruguai, Lílian e Universindo sobreviveram (PADRÓS, 2007, p. 387).

Enquanto isso, em Porto Alegre, Luiz Cláudio e Scalco deram início a um minucioso trabalho de investigação. Percorreram delegacias e entrevistaram autoridades, enquanto a polícia brasileira continuava negando participação no desaparecimento dos cidadãos uruguaios. Os jornalistas recebem o reforço do advogado Omar Ferri, que foi ao apartamento procurar por Lílian, avisado da situação por amigo em comum, e não a encontrou. Ferri, que mais tarde se tornaria o advogado de defesa do casal, tomava conhecimento das novidades pela própria mídia:

Todos os jornais do País publicavam a notícia de um misterioso desaparecimento — um casal urguiaio e duas crianças. A matéria era divulgada com chamadas de primeira página e dava bem a importância que a imprensa atribuía ao assunto (FERRI, 1981, p. 227).

Aos poucos, a imprensa noticiava o desaparecimento e colhia informações, algumas desencontradas, com muitas versões. O caso arrebatava a opinião pública, o que causava ainda mais pressão pela verdade. Quanto mais a polícia recusava ajuda, mais o povo clamava por justiça. Universindo reconhece a importância da imprensa brasileira:

Se gerou um grande movimento no Brasil porque era a primeira vez que se comprovava a realização de um sequestro e a convivência dos serviços secretos, nesse caso dos uruguaios com os brasileiros, que depois se veio a conhecer como a Operação Condor, onde havia toda uma coordenação para apagar e fazer desaparecer aos opositores. E no nosso caso tivemos a sorte de que se pode comprovar essa realidade. E a partir disso, do Brasil, os setores uruguaios que estavam no exterior fizeram contatos com os franceses, suecos, italianos, suíços, e se criou um grande movimento internacional para denunciar a ação da ditadura, a convivência dos serviços de inteligência, a tortura, os desaparecimentos. E isso possibilitou a salvar



nossas vidas, porque se não tivesse isso tudo, seríamos nós desaparecidos. Serviu para denunciar essa situação e para estreitar os vínculos dos povos (DIAZ, 2003).

O fotógrafo Scalco, que também trabalhava para a revista *Placar*, especializada em futebol, reconheceu, dias depois, um dos policiais que estavam com Lílian: era Didi Pedalada, ex-jogador de futebol. Pedalada foi jogador do Internacional e do Atlético-PR, mas havia largado os gramados e se tornado policial do DOPS. Com um nome concreto, a investigação tomou força. No entanto, o ex-jogador não foi encontrado pelos jornalistas. Certamente já tinha a proteção da própria polícia.

D. Lilia Celiberti, mãe de Lílian, veio a Porto Alegre e, no dia 23 de novembro, deu uma entrevista coletiva na sede do jornal *Zero Hora*, implorando para que, ao menos, devolvessem seus netos vivos. Se Lílian e Universindo podiam ser acusados de atividade subversiva, as crianças eram inocentes e mereciam ser libertadas. O caso teve repercussão nacional, com jornais como a *Folha de São Paulo* e o *Jornal do Brasil* noticiando o sequestro. No dia 25 de novembro, depois de 14 dias desaparecidos, Camilo e Francesca foram entregues ao avô materno, que permaneceu no Uruguai.

A etapa seguinte da investigação deflagrada pelos jornalistas foi tentar conversar com Camilo, para que este fornecesse informações. A situação era delicada, uma vez que se tratava de uma criança com apenas 8 anos de idade, até então única testemunha ocular do desaparecimento. A *Folha de São Paulo* foi o primeiro jornal a publicar os dados obtidos com Camilo. Sua versão reforçou ainda mais a campanha contra o sequestro. Mais tarde, o menino reconheceu Didi Pedalada e o delegado do DOPS no Rio Grande do Sul, Pedro Seelig.

Em Montevideu, com gesto apreensivo e amedrontado, Camilo reconhecia Didi como um dos seus sequestradores, para o jornalista Anilson Gantes da Costa, enviado especial da *Folha da Manhã*. O mesmo repórter, por outro lado, informava que os jornalistas que circulavam no Uruguai eram sempre seguidos por policiais, e que a família Celiberti estava vivendo um clima de insegurança, apreensão e pânico (FERRI, 1981, p.73).

Vê-se claramente a preocupação com a imprensa, por parte da ditadura. Além das falsas versões defendidas pelos militares, os jornalistas sofriam com o assédio dos policiais nas ruas, com telefonemas que faziam ameaças a suas famílias e com

chantagens emocionais. Como resposta, os repórteres cobravam, cada vez com mais ênfase, a atitude das autoridades para impedir a morte dos uruguaios. Ferri (1981, p. 73) afirma que “a imprensa não cessava de [...] agitar os acontecimentos. Ninguém acreditava que em face das irrecusáveis evidências o Governo do Estado deixasse de cumprir com a obrigação de tudo esclarecer”.

Fagundes também reconhece a importância da denúncia feita por Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco, além da defesa de Omar Ferri. Para o advogado, que cita outros jornalistas responsáveis pela investigação do caso, a imprensa foi fundamental para que o sequestro não tivesse final semelhante à de tantos outros, de pessoas que, embora vivendo legalmente no exílio, foram exterminadas ou simplesmente desapareceram:

O sul do Continente testemunhou, seguramente, milhares de violências iguais ou equivalentes ao sequestro de Lílian e Universindo. Mas este episódio se distingue dos demais porque, em decorrência de várias circunstâncias, entre as quais avulta a atuação de Ferri, da OAB e dos jornalistas que com eles conjugaram esforços, foi possível inculpar algumas das autoridades envolvidas. É verdade que a condenação criminal alcançada, sobre ser leve, deixou ao largo muitos dos culpados: os principais, por sinal. Mas o desfecho das investigações e da ação penal, no que tem de positivo, é válido, sobretudo, pela relevância moral (FAGUNDES, 1981, p. 10).

Além de a imprensa e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), representada por Omar Ferri, advogado das vítimas, contratado por D. Lílian, denunciarem o caso, a opinião pública também pedia uma solução. A realidade por trás dos estranhos fatos que estavam acontecendo não preocupava apenas a revista *Veja*. A mídia brasileira, como um todo, voltava as atenções para o sul do país. O advogado Ferri era acompanhado e auxiliado pelos jornalistas José Mitchell, do *Jornal do Brasil*, José Antônio Zulian, de *O Globo*, Henrique Lago, da *Folha de São Paulo*, Ênio Staub, da *Folha da Manhã*, e Najjar Tubino, do *Coojornal* (FERRI, 1981). A ditadura uruguaia foi obrigada a admitir seu envolvimento com o sequestro e a fornecer dados a respeito dos presos políticos.

A declaração assinada por Lílian afirmando que ela, seus filhos e Universindo haviam voltado ao Uruguai clandestinamente foi obtida por meio de tortura e coação. Para quem acompanhava o caso, ficava claro que Lílian e Universindo não sairiam do Brasil, onde eram imigrantes legais, para voltar ao Uruguai de forma clandestina, onde a ditadura era a cada dia mais violenta. O documento, que afirmava a captura

da dupla e das crianças quando tentavam retornar ao Uruguai com material subversivo e passaportes falsos, acirrou os ânimos. Aliada à imprensa, as organizações de direitos humanos internacionais aumentaram ainda mais a campanha pela libertação do casal. “Um ano depois da ocorrência, o sequestro continuava ocupando, aqui no Brasil, as primeiras páginas dos jornais, além das permanentes referências nos noticiários de rádio e televisão” (FERRI, 1981, p 172).

Lílian e Universindo foram levados para *El Infierno*, o campo de prisioneiros em que estava transformado o 13º Batalhão de Infantaria do Uruguai (FERRI, 1981, p.228). Aí ficaram até que, em maio de 1980, foram transferidos para *Punta de Rieles e Libertad*, respectivamente. Até serem libertados, em novembro de 1983, foram mantidos presos, mas podiam receber visitas, sempre com a presença de guardas.

Ainda durante o tempo de prisão, em 1980, a justiça brasileira, por iniciativa de Omar Ferri, condenou Didi Pedalada e João Augusto da Rosa, conhecido como Irno, inspetor do DOPS, por envolvimento no desaparecimento dos uruguaios. Eles eram os homens armados que receberam os jornalistas no apartamento anonimamente denunciado por Hugo Cores. Identificados tanto pelos jornalistas quanto pelos sequestrados, que foram impedidos de testemunhar oficialmente, mas mandaram recados pelos familiares, os agentes foram condenados às penas de seis meses de detenção, além de serem proibidos de exercer funções de natureza policial em Porto Alegre por dois anos (FERRI, 1981). Apesar do julgamento destes, o delegado Pedro Seelig, chefe do DOPS, acusado de ser o responsável brasileiro pela ação conjunta das duas ditaduras, foi inocentado por suposta falta de provas. Mesmo condenados, os agentes ganharam recurso e não chegaram a cumprir nem um dia de prisão.

Em 1991, por iniciativa do governador Pedro Simon, o governo gaúcho reconheceu a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul no sequestro e indenizou os uruguaios. O governo de Luis Alberto Lacalle, no Uruguai, repetiu o gesto no ano seguinte. Ainda assim, até então, os militares uruguaios jamais foram processados, julgados ou punidos, apesar dos testemunhos e do reconhecimento do casal. A justiça de Montevideu, baseada na Lei de Impunidade, garantiu anistia aos envolvidos na repressão.

Um ano após a publicação do livro-reportagem, em 2009, o inspetor

aposentado do DOPS João Augusto da Rosa, conhecido pelo codinome Irno, que recebeu os jornalistas no apartamento da rua Botafogo, ao lado de Didi Pedalada, processou o jornalista Luiz Cláudio Cunha por injúria. Em tempos de democracia, a ação foi julgada improcedente. A decisão definitiva, que reafirmava o absurdo do pedido, foi divulgada em 25 de maio de 2011.

Em fevereiro de 2012, o caso foi reaberto pela justiça uruguaia. Um decreto do presidente José Mujica, ex-guerrilheiro Tupamaro preso e torturado pelo regime militar, revogou todos os atos administrativos que impediam o julgamento dos crimes da ditadura no país. Entre os mais de 80 casos então revisitados, está o de Lílian e Universindo. Registrada por Lílian, a denúncia contra os crimes de lesa-humanidade foi aceita pela juíza Mariana Motta. Cabe aqui lembrar que ela foi a juíza que, em fevereiro de 2011, condenou o ex-presidente Juan María Bordaberry a 30 anos de prisão por liderar o golpe de Estado de 1973, também o responsabilizando diretamente por 14 assassinatos e desaparecimentos. Bordaberry cumpriu três meses na prisão e foi transferido para casa, por razões de saúde. O ex-ditador morreu dois meses depois, aos 83 anos. Até outubro de 2012, tinham sido colhidos os testemunhos de Universindo, Lílian, Camilo, Francesca e Luiz Cláudio. Ainda faltavam os depoimentos dos militares uruguaios implicados.

### **3.2 A sucursal da revista *Veja***

Naquele ano de 1978, a sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul era chefiada pelo jornalista Luiz Claudio Cunha, cargo que exerceu até 1980. Luiz Cláudio havia iniciado sua carreira em 1969, na *Folha de Londrina*, no Paraná. Em Porto Alegre, antes de chegar à sucursal, foi repórter especial do jornal *Zero Hora*. Posteriormente ao seu trabalho para a *Veja* em Porto Alegre, comandou também a sucursal da revista em Brasília, cidade onde trabalhou, igualmente, para *Istoé* e *Afinal*, além dos jornais *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Diário do Comércio* e *Indústria* e *Zero Hora*. Foi também editor do *Informe JB* no *Jornal do Brasil*, repórter especial da *Rede Globo*, editor contribuinte da revista *Playboy* e colunista político do *Correio Braziliense*. Em outubro de 2012, trabalhava como consultor da Comissão Nacional da Verdade, que apura questões que envolvem a Operação Condor.

A equipe em Porto Alegre, que se dividia entre as revistas da Editora Abril no Sul – *Veja*, *Placar*, *Exame* e *Quatro Rodas* – era composta por mais 14 pessoas. Os mais atuantes na cobertura do caso eram o repórter Pedro Maciel, os fotógrafos Ricardo Chaves (conhecido como Kadão) e Olívio Lamas, a secretária Loraine Chaves e o motorista Ubiraci Dias (o Bira). Funcionando em um prédio da rua Vieira de Castro, no bairro Santana, compartilhado com as demais sucursais de revistas da Editora Abril, o escritório era responsável por enviar à sede da empresa, em São Paulo, as notícias do sul do país. No dia em que Luiz Claudio recebeu a ligação de denúncia do possível sequestro, o repórter Pedro Maciel e o fotógrafo Kadão estavam em viagem para o litoral, para onde tinham ido ao encontro de Pedro Simon, recém-eleito para o Senado. Bira, o motorista, foi o responsável pelo trajeto. Assim, quem acompanhou Luiz Cláudio ao endereço denunciado foi o então fotógrafo da *Placar*, João Baptista Scalco. Especialista em fotografias de jogo de futebol e chamado pelo diretor de redação, Juca Kfourri, de “Van Gogh dos Pampas”, JB Scalco era reconhecido por seu imenso conhecimento futebolístico (CUNHA, 2008a). Um detalhe fundamental para as investigações posteriores, segundo o próprio Luiz Cláudio: “a eleição havia posto ao meu lado um fotógrafo de futebol - e esse lance do destino selou a sorte dos sequestradores, salvando talvez a vida dos uruguaios” (CUNHA, 2008a, p. 200).

Apesar de a primeira ação ter sido feita por Scalco e Luiz Cláudio, as investigações posteriores envolveram todo o grupo da sucursal. A pauta tornava-se uma preocupação de todos, que não mediam esforços para esclarecer os acontecimentos. Maciel e Kadão viajaram diversas vezes a Montevideu a fim de coletar informações com Camilo e conferir os dados que iam descobrindo. No Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, a busca também abrangia a atuação da dupla de repórteres na identificação dos policiais envolvidos. É o caso, relatado por Ferri, em que é descoberta a identidade da carcereira que vigiou as crianças enquanto Lílian e Universindo eram torturados no atual Palácio da Polícia:

Faustina residia bem próximo ao prédio da Secretaria de Segurança, no número 517 da rua Prof. Freitas de Castro. Vários fotógrafos e repórteres para lá se dirigiram. Quando ela, entreabrindo o postigo e olhando, se apercebeu de que era alvo da imprensa, entrou em pânico. Disse que não daria entrevistas e, quanto ao caso, nada sabia. Mas o importante não era que falasse, era que fosse fotografada, o que foi conseguido por Ricardo Chaves da "Veja". Um dia depois essa foto estava em Montevideu, com

Pedro Maciel, que a exibiu para Camilo. O menino não teve nenhuma dificuldade em reconhecer aquela mulher escura, de "cabelo redondo", daquele "quartel cerca del arroyito" (FERRI, 1981, p.125).

O resgate histórico foi fundamental para entender os processos de atuação das ditaduras uruguaia e brasileira dentro e fora de seus territórios. Perceber como a imprensa conseguiu trabalhar apesar das tentativas repressoras é fundamental para questionarmos a validade histórica da cobertura em busca da veracidade das informações. Com isto revisado, pensa-se mapear com mais segurança os passos dados pelo jornalista Luiz Claudio Cunha na elaboração do livro que serve de objeto empírico a esta pesquisa, tarefa dedicada ao próximo capítulo.

## 4 O LIVRO-REPORTAGEM COMO UMA FORMA DE NARRAÇÃO DA HISTÓRIA DO PRESENTE

Para a produção dos dois capítulos anteriores, utilizou-se a revisão bibliográfica como metodologia predominante. Segundo Stumpf (2009), a revisão bibliográfica

“É um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação ou fichamento das referências e dos dados dos documentos para que sejam posteriormente utilizados [...]” (STUMPF, 2009, p. 51).

Neste capítulo, analisa-se a obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, partindo do pressuposto de que o livro-reportagem é uma forma de narração da História do Presente. Portanto, a partir de agora, procura-se identificar as características da obra, bem como as fontes de informação do jornalista e as escolhas feitas por ele. De forma complementar, também se realizou uma entrevista com Luiz Cláudio Cunha, para o conhecimento do processo de produção das reportagens e, posteriormente, do livro-reportagem.

Analisa-se a obra segundo critérios estabelecidos pela ciência histórica, de forma a avaliar se os procedimentos adotados pelo jornalista no processo de sua produção seriam suficientes para que hoje se classifique o livro como História do Tempo Presente. Para isso, são tomadas quatro características básicas da narração, a saber: a) ampliação do tema; b) relação do autor com as fontes; c) objetividade e d) relação sujeito e objeto na proximidade temporal e a posição editorial da revista *Veja*. Estes são os critérios estabelecidos por Padrós (2004) para a análise histórica, e são eles que se leva em conta nesta monografia para analisar a possibilidade de o livro de Luiz Cláudio Cunha vir a ser classificado como narrativa do tempo presente.

Antes, porém, na primeira seção deste capítulo, faz-se uma breve apresentação do livro: a estrutura da obra, suas principais características e abordagens. Com isso, entende-se ser possível avaliar o seu conteúdo.

#### **4.1 O objeto: *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura***

Publicado em 2008 pela L&PM Editores, o livro-reportagem *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, retoma a investigação do sequestro dos uruguaios deflagrada pelo jornalista à época que chefiara a sucursal da revista *Veja* em Porto Alegre. A obra, registro de 30 anos de história, retoma os passos dos jornalistas, das vítimas e dos sequestradores desde 1978, data do desaparecimento de Universindo Díaz e Lílian, Camilo e Francesca Celiberti.

Em novembro de 1978, na cidade de Porto Alegre, dois jornalistas viram o que não deviam ter visto — ou, mais exatamente, viram algo que não estava previsto que vissem. A partir daí, fizeram o que fazem os melhores profissionais deste ofício: foram saber o que, precisamente, estava acontecendo, quem estava envolvido, onde começava o fio da meada, como ele se desenrolava e por que, enfim, aquilo tudo tinha acontecido. O resultado foi uma empolgante sequência de reportagens publicadas na revista *Veja* e que permanece, até hoje, como um dos melhores trabalhos jornalísticos já exibidos em suas páginas. A história dessas reportagens, feitas pelo repórter Luiz Cláudio Cunha e pelo fotógrafo J.B. Scalco, é contada agora, passo a passo, nos capítulos que começam adiante (GUZZO, 2008, p. 15).

Com prefácios de José Roberto Guzzo, diretor de redação da revista *Veja* entre 1976 e 1991, e de Juca Kfourri, diretor de redação da revista *Placar* entre 1979 e 1985, o livro amplia as matérias publicadas em *Veja* nos anos de 1978 e 1979. A obra apresenta os caminhos percorridos na investigação, as pistas falsas, os rastros verdadeiros, os cuidados na busca da informação. Mais que isso, atualiza o status do sequestro, exhibe a situação presente dos envolvidos e amplia o contexto histórico — de uma operação isolada, o desaparecimento torna-se parte da Operação Condor, que permaneceu desconhecida até a década de 1990. Seus 30 capítulos reconstituem as ações e atitudes do jornalista Luiz Cláudio Cunha e reproduzem as suas descobertas. Cunha (2008b, p. 19) resume o teor da própria obra nas primeiras páginas do livro: “esta é a reportagem de uma grande reportagem — no sentido mais literal e menos arrogante do termo”. Guzzo esclarece:

O que se pode fazer para manter vivo um trabalho jornalístico é o que Luiz Cláudio está fazendo neste livro — com a vantagem de acrescentar ao



relato da época aquilo que eventualmente ficou faltando, por causa da pressão dos prazos de fechamento, pelas limitações de espaço e por não saber, no começo de uma história, tudo o que vai acontecer até o final (GUZZO, 2008, p. 15-16).

A cobertura original de *Veja* sobre o sequestro dos uruguaios durou 86 semanas. A primeira matéria publicada, com a intrigante questão “Onde estarão?”, levou ao público pela primeira vez à suspeita de sequestro coordenado entre as polícias brasileira e uruguaia. A edição, com data de 29 de novembro de 1978, relata o encontro dos jornalistas com homens armados no apartamento da rua Botafogo, uma semana antes. A matéria final, com a notícia do julgamento dos dois policiais reconhecidos pelos jornalistas, foi publicada na edição de 30 de julho de 1980. “Verdade resgatada” encerra a grande cobertura do veículo que tinha como repórteres as testemunhas da infração (CUNHA, 2008b). Apesar do grande espaço conseguido pelo assunto, inclusive com a dedicação quase exclusiva de Luiz Cláudio, não havia necessidade de abordar o desaparecimento em todas as edições. O assunto aparecia quando havia uma nova descoberta (CUNHA, 2008b).

Nas 464 páginas do livro-reportagem, a trajetória do jornalista atrás da verdade é refeita em detalhes, conduzida por uma narrativa em primeira pessoa. Desmembrada em 30 capítulos, a narração tem início com a saída de Luiz Cláudio Cunha e J. B. Scalco do apartamento de Lílian e Universindo, na rua Botafogo, em Porto Alegre:

#### 1 — O TELEFONEMA

*Porto Alegre, novembro de 1978*

As pernas tremem, bambas. Não desabo no chão porque estou sentado no banco da frente do Chevette. O cano escuro da pistola a um palmo da minha testa é a imagem que ainda gira solta dentro da minha cabeça. Não tenho ideia melhor.

— Vamos embora, Scalco!

Amolecido como eu, Scalco tenta se desculpar enquanto liga o motor.

— Minha perna está mole. Vou ter que fazer força pra engatar a primeira e sair daqui.

— Toca em frente, cara — insisto. — A minha perna também está travada. Ainda bem que não estou dirigindo, Scalco. Não tenho o hábito de encarar uma pistola assim, tão de perto...

— Nem eu, chefe! (CUNHA, 2008b, p. 25)

A partir da reconstituição dessa cena, Luiz Cláudio apresenta ao leitor o telefonema anônimo que os levou até a residência dos uruguaios, onde foram recebidos pelos policiais armados que desorientaram os jornalistas. Faz, nos

capítulos seguintes, a introdução de sua relação pessoal com o Uruguai e seu envolvimento com o casal, algo só declarado no livro. Luiz Cláudio já conhecia Lílian e Universindo, revela o texto, de quem recebia edições aperiódicas do jornal *Compañero*, uma publicação do *Partido por la Victoria del Pueblo*, ao qual Lílian e Universindo eram filiados. Conhecidos, no entanto, pelos nomes de Maria e Miguel, não foram reconhecidos quando o jornalista ouviu os nomes verdadeiros.

A narrativa segue, de forma não linear, entre os avanços da investigação e os detalhes desconhecidos à época, que vêm à tona com a publicação do livro. Sempre em tom pessoal, o autor expõe os encontros com Lilia Celiberti, mãe de Lílian, e Camilo, que ofereceram pistas certas, inclusive com a confirmação do local do cativo pelo menino. Enquanto a investigação realizada pelos jornalistas avançava, a polícia criava versões e fabricava provas para desmentir as afirmações de Luiz Cláudio e Scalco. As farsas são relatadas com particularidades nas páginas do livro, bem como os detalhes das operações de verificação deflagradas pelos jornalistas e por advogados, também empenhados na busca pela verdade.

Depois dos 29 capítulos em que são relatados também outros casos de sequestro, prisão e desaparecimento de uruguaios e brasileiros, bem como os esforços das entidades nacionais e internacionais de direitos humanos para a libertação do casal, o capítulo derradeiro aparece: *O sol*. Aqui, destaque para a sentença do juiz da 3ª Vara Criminal, Moacir Danilo Rodrigues, condenando, mesmo que a penas pequenas, os dois policiais reconhecidos pelos jornalistas.

Dividido entre as posições de testemunha, acusador, repórter e réu, em que os militares insistiam em transformá-lo, ao investigar incessantemente seu passado e suas ligações com movimentos subversivos, Luiz Cláudio relembra os passos que seguiu até a publicação das matérias responsáveis pelo reaparecimento dos quatro uruguaios. Os personagens são pintados de acordo com sua participação nos episódios, com a retomada, em geral, de suas histórias pregressas. É uma forma de situar o leitor inteiramente na narrativa, apresentar a totalidade dos eventos e ultrapassar a superfície das ocorrências.

Das reportagens, como da missa, o leitor só sabe a metade — a metade que foi escrita. A outra, que envolve a aventura pessoal do repórter para fazer seu trabalho, quase sempre permanece oculta. O texto publicado não revela as angústias, as esperanças frustradas, as horas passadas em salas de espera. Não fala das pistas que são seguidas e acabam dando em nada,

das dúvidas quanto à certeza desta ou daquela informação (naquele tempo, era comum jornalistas terem dúvidas), das ameaças e das pressões. Nada diz sobre o cansaço, o custo cobrado da vida familiar ou a solidão que tantas vezes acompanha um repórter ao longo da realização de uma reportagem. Deixa de fora a adrenalina, as emoções e a alegria plena, pura e simples, direta na veia, quando se confirma uma informação vital para a matéria. Agora, numa reconstrução notável de tudo o que aconteceu naqueles dias, operação *Condor* — *O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* traz para o leitor a metade que não apareceu na época (GUZZO, 2008, p. 16).

Desta forma, observa-se que o objeto desta pesquisa enquadra-se no primeiro grupo de livros-reportagens descritos por Lima (1997): a obra foi concebida como uma série de reportagens independentes, posteriormente reunidas e acrescidas de informações em uma publicação única. Originalmente, eram reportagens soltas que, por seu alto valor histórico, foram reformadas e passaram a formar um texto completo para o livro, diferente das primeiras versões. O próprio autor explica:

Pelo contexto e pelos bastidores dos episódios narrados no livro, e que não cabiam no formato de uma revista ou no clima político da época, procurei mostrar aos leitores mais jovens, que não respiraram o ar rarefeito daqueles tempos, o clima sufocante, o medo latente, o absurdo reinante de um regime calcado na violência, no arbítrio, no terror disseminado além-fronteiras pela cumplicidade das ditaduras comparsas do Cone Sul na década de 1970 (CUNHA, 2012, Anexo A).

No epílogo, são lembrados os prêmios conquistados pela cobertura, ainda em 1979 - como o Vladimir Herzog, instituído pelo Comitê Brasileiro pela Anistia e pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; o prêmio *hour concours* do IV Prêmio Abril; o Prêmio Esso de Jornalismo; bem como o II Prêmio Telesp de Jornalismo, cujo cheque de premiação foi entregue à Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, para que a luta pela justiça continuasse. Dois anexos ampliam ainda mais a visão daqueles tempos. *O Uruguai sequestrado* e *A sombra do Condor* delineiam a realidade daquele país e o plano de cooperação das ditaduras do Cone Sul. O lançamento da primeira edição do livro ocorreu durante a 54ª Feira do Livro de Porto Alegre, em novembro de 2008, e marcou os 30 anos do episódio. O livro *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios – uma reportagem dos tempos da ditadura* recebeu da Câmara Brasileira do Livro o Prêmio Jabuti e também uma menção honrosa do Prêmio Vladimir Herzog, do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, ambos na categoria de Livro-Reportagem.

## 4.2 A grande reportagem como registro da História do Presente

A produção do conhecimento histórico sob a ótica do Tempo Presente levanta questionamentos acerca do método, pois o rigor científico é necessário para a categorização da prática no campo da História. Padrós (2004) ressalta que o tema suscita questões específicas sobre as possibilidades de esse tipo de pesquisa ser considerada uma área de intervenção dos historiadores. O pesquisador relaciona algumas características e cuidados fundamentais para a ciência histórica apoderar-se do presente com as técnicas necessárias à produção de conhecimento nesse campo.

A partir das características elencadas por ele, analisa-se a obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, com vistas a avaliar se esta pode ser considerada uma forma de narração da História do Presente, já que nela podemos identificar os critérios relacionados pelo historiador.

Destacamos quatro atributos básicos entre os enfatizados pelo pesquisador, geralmente indissociáveis, mas distintos aqui para fins de análise. São eles: necessidade de ampliação do tema, relação com as fontes, preocupação com a objetividade e a relação desenvolvida entre sujeito e objeto na proximidade temporal.

### 4.2.1 Ampliação do tema

Característica marcante na obra de Luiz Cláudio Cunha, a ampliação do tema é um dos pré-requisitos apontados por Padrós (2004, p. 211) para a realização de uma História do Presente. Segundo o pesquisador, “levantar dados, relacionar fatos, explicar processos e avaliar os resultados dessas operações mentais fundamentam uma consistente contribuição da história à produção de conhecimento científico e, conseqüentemente, à sociedade”.

Para que as análises do presente não fiquem restritas às versões desmembradas e desarticuladas do contexto maior da realidade, o historiador deve ampliar sua observação, buscando o esqueleto da história analisada, questionando os porquês da realidade e os processos e mudanças que ocasionaram aqueles

fatos. Para o autor, a partir da apreciação crítica das motivações dos agentes envolvidos e das circunstâncias examinadas, o pesquisador pode, enfim, encontrar as respostas para as teses levantadas no início do estudo.

Assim, o historiador do tempo presente, preocupado com a cientificidade da elaboração das suas explicações, realiza processos de identificação, classificação, montagem e racionalização, bem como os cruzamentos e verificações que lhe permitem a diversidade de suas fontes e a amplitude da sua documentação (PADRÓS, 2004, p. 209).

Segundo ele, apreender o presente é compromisso do historiador, que precisa estar atento a tudo. Além de questionar todas as versões e confrontá-las, deve tomar frente à investigação e posicionar-se conforme for necessário, para que a narração seja conduzida de forma sensata e coerente, desfazendo mitos, preconceitos e deformações da consciência coletiva e da memória. O acesso à memória recente e às provas do presente dá ao historiador a possibilidade de “realizar os cruzamentos e as verificações correspondentes para estabelecer suas conclusões” (PADRÓS, 2004, p. 204).

Essa característica é encontrada na própria concepção do objeto desta pesquisa. Por se tratar da ampliação da cobertura de 1978, a obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, apresenta como atributo e diferencial justamente o aprofundamento da investigação, conforme observa o jornalista Kfourri:

[...] penetra fundo na podridão de toda uma época e amplia, com visão de historiador, a cena de um humilde apartamento gaúcho que bem poderia se chamar Brasil, ou melhor, América do Sul. [...] Ele a ampliou [a série de reportagens publicada em *Veja*], a atualizou, fez novas descobertas e ainda complementou com dois anexos que trazem de volta as sombras de um plúmbeo Uruguai e a escuridão de uma conspiração que cobre de vergonha os que dela participaram sob as asas da Operação Condor (KFOURI, 2008, p. 17).

Cunha define seu livro como mais do que o relato de um sequestro, mas uma reportagem dos tempos da ditadura – de onde se deduz as razões para a escolha do título. A partir da sequência de eventos que levaram ao desaparecimento, no Brasil, e posterior reaparecimento, no Uruguai, de Universindo Díaz, Lílian Celiberti e seus dois filhos, o jornalista retoma o passado a partir do presente. Nessa viagem de volta, baseia-se em seu testemunho de vida e sua visão de repórter, além de contar

com o auxílio de outros personagens que aceitaram remexer no passado recente e reconstruir os episódios e cenários importantes para uma narrativa completa e o mais verossímil possível.

O atributo de ampliação do tema também se faz necessário para a classificação da obra na categoria livro-reportagem, conforme Lima (1993). Assim como no Jornalismo diário, a busca pela verdade com a coleta de dados em fontes registradas de conhecimento é uma das características mais marcantes do livro-reportagem, responsável pela diferença entre este e as demais formas de narração, que não se alicerçam em fatos ocorridos.

Mais do que um painel de testemunhos, a obra deve basear-se em pesquisas a documentos capazes de auxiliar a sustentação do assunto. Tal zelo pode ser visto no cuidado com a objetividade, além das pesquisas, iniciadas em 1978, em arquivos históricos, fichas catalográficas de órgãos do governo, autos de processos diversos, bem como todo e qualquer material que pudesse ser encontrado pelo autor e servisse para o esclarecimento do caso. Trazendo a análise para o presente, o jornalista acrescentou dados desconhecidos à época dos acontecimentos:

Outras informações me chegaram ao longo do tempo, e a pesquisa sobre o episódio desencadeado em 1978 se aprofundou. A investigação foi detalhada e, para a checagem, de dados e personagens inesperados, novas entrevistas foram feitas. Surgiram daí algumas peças que faltavam na montagem do quebra-cabeças da investigação jornalística de trinta anos atrás. A necessidade de um espaço maior para a reportagem ampliada por novas revelações fez com que eu retomasse o antigo projeto de um livro-reportagem (CUNHA, 2008b, p. 22).

É o caso das passagens, entre as páginas 117 e 128, em que o autor recupera o passado político de Synval Guazzelli, então considerado importante aliado na investigação. Cunha resgata as posições políticas do governador do Rio Grande do Sul e esclarece seu posicionamento em 1978, uma atitude dúbia até então. Apesar da constante afirmação de que o esclarecimento do caso seria questão de honra para seu governo, o então governador não teria tomado as rédeas da investigação, deixando-a a cargo dos próprios policiais envolvidos. Na data, tal postura parecia não fazer sentido para o repórter:

Guazzelli mostraria sua gratidão ao regime, um ano depois de virar governador [...]. Um deslize que jogaria sombra em sua biografia. Uma derrapada capaz de transformar em cinzas sua recente reputação de

“democrata convicto”. Uma iniciativa pessoal que ficaria esfumada pelo pudor velado da história (CUNHA, 2008b, p. 121).

O trecho refere-se à Lei Falcão que, apesar de levar o nome do ministro da Justiça da época, Armando Falcão, teria sido sugerida pelo gaúcho de Vacaria, então governador do Rio Grande do Sul. A Lei nº 6.349, de 1º de julho de 1976, uniformizava a apresentação dos candidatos dos dois únicos partidos (ARENA e MDB), com o objetivo de evitar que o horário eleitoral gratuito viesse a ser utilizado para criticar o governo militar.

A partir daquela data, políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição tolerada pelo regime, evidenciariam ainda menos as suas diferenças. Determinava a lei falsamente atribuída ao ministro Falcão que, na propaganda eleitoral, os partidos se limitassem a mencionar a legenda, o currículo e o número do registro do candidato na Justiça Eleitoral, bem assim a divulgar, pela televisão, sua fotografia, podendo ainda mencionar o horário e o local dos comícios. Nenhuma proposta, nenhum comentário, nenhuma informação extra<sup>4</sup>.

O envolvimento de Guazzelli com a cúpula militar, maior do que se supunha à época, revelado no capítulo 12 – *O esparadrapo* – permitiu melhor compreensão de sua posição ambígua na época dos acontecimentos. Colaborador da administração militar, mas afirmando prioridade à investigação, o governador não comprometeria sua imagem frente à população, que exigia justiça, e frente aos jornalistas, que lhe cobravam uma atitude mais determinada. Por outro lado, mantinha-se coerente e cooperando com o regime de exceção instaurado no país desde 1964.

A ampliação do contexto pode ser percebida, igualmente, na conceituação da Operação Condor. A colaboração em que ninguém fora dos circuitos militares

---

<sup>4</sup>A participação de Guazzelli na concepção da Lei Falcão foi veementemente refutada, à época do lançamento do livro de Luiz Cláudio Cunha, pelo ex-senador e ex-ministro do STF Paulo Brossard, que defendeu a imagem do ex-companheiro de Assembléia Legislativa afirmando que a versão de Cunha não seria exata e que, do fato, "não há princípio de prova" (BROSSARD, 2008). Contrariamente ao ex-senador e ratificando a afirmação de Cunha, o jornalista Ronald de Carvalho, autor do livro *Tudo a Declarar*, em que Armando Falcão relata os pormenores de seu mandato como ministro da Justiça de Ernesto Geisel, diz: "ouvi o ministro Armando Falcão afirmar que a lei autoritária disciplinadora da propaganda eleitoral [...] é de inspiração do ex-governador Synval Guazzelli. A Lei Falcão surgiu a partir de uma idéia oferecida ao general Ernesto Geisel por Guazzelli" (CARVALHO, 2008, p. 15). A informação, segundo Ronald de Carvalho, teria ficado de fora da edição final do livro sobre Falcão, como tantas outras revelações, a pedido do próprio ex-ministro de Geisel, para não provocar mal estar entre os personagens ainda vivos.

ousava pensar chegou ao conhecimento do jornalista somente após a abertura política. Descoberta anos após seu aparato ser desmantelado, a Operação é amplamente citada na obra, informação não existente nos textos de 1978.

Minha sequência de matérias sobre o sequestro dos uruguaios se esparramou ao longo de 630 dias, quase 21 meses entre 1978 e 1980. Em nenhum momento, descrevia aquilo como um ato da Operação Condor, a multinacional de terror articulada pelas seis ditaduras do Cone Sul, incluindo a brasileira. Apesar disso, meu livro tem como título Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Não escrevi Condor antes, na série da revista Veja, porque ninguém nos anos 1970 sabia da existência da Condor. Esta informação só vazou a partir de 1990, quando documentos secretos da CIA foram desclassificados pelo Governo Clinton. A partir dali, progressivamente, cresceram os indícios, evidências, informes e revelações oficiais sobre a existência da Condor, que se intuía, mas não se revelava, muito menos confirmava (CUNHA, 2012, Anexo A).

Recuperada, inclusive com um anexo especial dedicado a ela, a Operação permeia as páginas do livro e apresenta ao leitor pormenores desconhecidos, mas importantes para a compreensão do caso:

No corpo do livro, reconstituo com detalhes inéditos o sequestro de Lílian Celiberti e Universindo Díaz, indo além, antes e depois daquele encontro com os sequestradores armados daquela sexta-feira, 17 de novembro. Faço um corte transversal no tempo, para não ficar confinado às paredes do apartamento da rua Botafogo. O que acontecia ali dentro era apenas um reflexo do que se passava lá fora. Não tinha começado naquela tarde, não acabava naquele lugar, não se reduzia a personagens secundários da polícia local. A cena de violência da rua Botafogo era o reflexo da grande política, dos grandes personagens e das grandes tragédias que moldavam o Brasil no final dos anos 70. Era apenas um retrato em branco e preto daqueles tempos cinzentos que o país procurava vencer, deixando para trás o sufoco da ditadura em busca do ar limpo da democracia (CUNHA, 2008b, p. 22).

Ao atualizar a narrativa 30 anos depois da publicação original das reportagens, mas com os personagens principais ainda ativos, Cunha esbarrou em uma dificuldade comum aos historiadores do presente. As vidas de muitas figuras retratadas no livro continuavam, apesar dos acontecimentos de 1978. O caso ainda não tivera um desfecho, ainda estava vivo na memória das personagens envolvidas, ainda a espera — até o final desta pesquisa — de um ponto final. Assim como o sequestro, os tempos de ditadura, da qual o sequestro dos uruguaios é só um dos inúmeros casos representativos, ainda não foram superados. Neste caso,



O que pode ser visto, em um primeiro momento, como uma dificuldade a mais (desconhecimento do desfecho dos processos) permite, ao contrário, trabalhar-se com linhas de abordagem e cenários futuros em aberto. De fato, tal possibilidade pode evitar que ocorra o que às vezes acontece quando se conhece o desfecho de uma disputa (como, por exemplo, subestimar o vigor do vencido, deixar de levantar nexos, direcionar leituras e análises segundo o resultado dos acontecimentos). Talvez seja melhor considerar que as transformações em curso permitem, ao analista, adotar uma perspectiva de maior independência em relação ao desenlace delas (PADRÓS, 2004, p. 208).

Mais do que o cuidado em não relegar a segundo plano as visões dos derrotados, a atualidade dos fatos ressalta a importância da narrativa. Ao resgatar o caso, Luiz Cláudio Cunha reafirma a gravidade do episódio e de todo o regime de exceção instalado no Cone Sul diante da história do continente. É uma forma de lembrar à História que o período ainda não foi sepultado, que ainda há muitos casos semelhantes (também citados no livro-reportagem em questão) que não foram esclarecidos.

Ao escolher durante todo o tempo, selecionando fatos, ideias, palavras, tramas, ao encadear o seu texto de uma forma ou de outra, ao narrar, o historiador — por mais que se cerce de elementos teóricos e metodológicos — está também ‘inventando’ a sua história (BARBOSA, 2007, p. 17).

Ao inventariar a história, que, de fato, era dele como testemunha, Luiz Cláudio Cunha recupera a história de toda uma geração. Não são raros os casos que poderiam (e deveriam, para que essa passagem fosse esclarecida de forma definitiva) passar pelo mesmo processo de inquérito e verificação para um possível reposicionamento dentro da historicidade. No entanto, deve-se atentar para as escolhas feitas pelo autor ou editor no presente, ainda que o registro venha a servir de referência no futuro:

A partir desse uso exacerbado, multiplicam-se as reflexões em torno da utilização desse material e dos limites a que estariam sujeitos os historiadores ao utilizar esse universo descritivo como materialidade do passado. Afinal, nos processos comunicacionais há sempre uma seleção memorável produzida no presente. Foi a partir de um olhar particular, ou seja, daquele que foi chamado periodista, editor, redator, repórter e, por último, de maneira indiferenciada, jornalista, que os fatos foram agrupados, produzindo uma espécie de atestado do que ocorreu naquele presente que a passagem do tempo transforma em passado. As notícias são construídas não apenas para o presente, mas para o futuro. Há nelas uma configuração narrativa, por exemplo, nas estratégias de edição, nas quais se destacam na primeira página aqueles que seriam acontecimentos mais duradouros. Produz-se textos para os leitores do presente e do futuro, incluídos nesse

universo os que procurarão por informações sobre um passado próximo ou distante (BARBOSA e RIBEIRO, 2011, p. 11).

Por causa da reconstrução da mesma cena a partir de vários olhares, o autor admite a possibilidade de um trecho ou outro parecer repetitivo. “É a cena recontada pela testemunha do sequestro, pelos sequestrados e pelos sequestradores. Um recurso deliberado de narrativa para contar a história de três perspectivas distintas, que convergem para uma verdade mais completa”, explica Cunha (2008b, p. 23). Como a justificar o cuidado, por vezes exagerado, na reconstrução de todas as versões, o jornalista se defende citando o repórter uruguaio Roger Rodriguez: “[..] *la verdad es, la historia puede ser*. É a integração dessa tríplice visão que faz a junção da história com a verdade. A história narrada neste livro é a verdade que poder ser — e é” (CUNHA, 2008b, p. 23).

#### 4.2.2 Relação do autor com as fontes

A existência de inúmeras fontes e testemunhas vivas é uma das características básicas do tempo presente, características diferem dos demais tempos históricos e o colocam em uma zona de confronto com o Jornalismo. A fonte, neste contexto, dá a significação do que de fato aconteceu. Ela tem o poder de contar, com detalhes, o que ocorreu. Ao relatar o que viveu, fornece pistas e caminhos para o pesquisador aproximar-se da realidade que pretende compreender. Aproveitando-se da memória, a testemunha habilita o passado:

Muito mais do que compreender, a testemunha quer afirmar o que viveu. Sua fala ou sua escrita é lançada como uma evidência concreta, para além de qualquer conhecimento obtido por meio de uma construção meramente teórica. A testemunha viu algo, ouviu algo, sentiu algo, o que em última instância, nos certifica: este algo existiu. A testemunha exhibe, portanto, um caráter de instrumentalização da memória, do lembrar-se (ESPERANÇA, 2006, p. 236).

Por outro lado, “uma das grandes dificuldades colocadas para o estudo da HTP [História do Tempo Presente] é a abundância e a variedade de fontes primárias existentes, a ponto de o historiador não ter condições físicas e tempo disponível para trabalhá-las” (PADRÓS, 2004, p. 205). Para contornar esse obstáculo, já conhecido dos jornalistas, o autor referido recomenda que não se use as

testemunhas como fontes exclusivas, mas que se dê crédito e possibilidade de fala a quem está não apenas no centro da estória, mas em todos os momentos da narrativa. Deste modo, a interferência da fonte na pesquisa seria inevitável, e até positiva, desde que respeitados os limites e a independência da investigação científica:

Efetivamente, neste campo de trabalho, a testemunha passa a ser um interlocutor do pesquisador, podendo interferir em momentos diferentes do trabalho, trocando informações e aferindo o conhecimento na fase da coleta de dados, da elaboração, da sistematização e até da publicização dos resultados parciais ou finais. Portanto, constitui-se em uma fonte interativa que afere e interage, enquanto protagonista, com a leitura interpretativa resultante da análise do factual (PADRÓS, 2004, p. 206).

Nesse diálogo entre fonte e pesquisador, as perguntas e as conexões entre as versões assumem posição central. “O fundamental são as perguntas, as hipóteses, as relações, os métodos” (PADRÓS, 2004, p. 207). As fontes que resistem à verificação e ao confronto com essas ferramentas mostram-se infinitamente mais ricas e essenciais à narração do que pareciam à primeira vista. O inquérito das fontes, portanto, além de segurança para o historiador, torna-se um processo de reconstrução dos acontecimentos através dos depoimentos.

[...] se o tempo presente apresenta uma diversidade de fontes inéditas, isso não significa que, em relação a estas, existam critérios diferenciados daqueles correspondentes a outros campos de análise da história. Nesse sentido, a HTP não inventou nada de novo, não se eximindo do rigor metodológico com que deve trabalhar o historiador. Apesar de uma certa “pirotecnia” quanto às novas fontes, o fundamental ainda é a reflexão sobre elas. Logo, continuam sendo primordiais as análises interna e externa do documento, do depoimento, assim como a obrigatoriedade de o historiador cruzar as diversas fontes de que dispõe (nas perspectivas da complementação, da comparação e da verificação) (PADRÓS, 2004, p. 207).

Comumente relacionada ao Jornalismo, “a existência (sobrevivência) de testemunhas, verdadeiros arquivos vivos, é uma das particularidades mais valiosas do tempo presente” (PADRÓS, 2004, p. 206). Assim, pode-se notar a importância que as testemunhas assumem na História do Presente, ao se tornarem a principal forma de recuperação do objeto de estudo, ainda que não a única. Para Esperança (2006, p. 237), “a reflexão sobre o papel da testemunha é um dos pontos-chave para discutir o ofício de historiador”. Mais do que lembrar, a testemunha sente-se parte do

relato, uma autoridade que merece, portanto, ser ouvida.

Tal como no Jornalismo, a veracidade do testemunho, depois de feita uma rigorosa crítica a ele, é o que caracteriza o discurso histórico. Deve ser analisado em sua totalidade, confrontado com as diversas versões e inseridos na passagem temporal. Segundo Esperança, os testemunhos são o principal ponto de contato entre as duas áreas:

História e Jornalismo nascem do relato de quem sabe ou viu ou esteve lá, e de cuja fonte se bebe para definir socialmente o que aconteceu. O real é assunto caro e delicado para ambas as áreas. Não se trata de qualquer discurso; falamos aqui de escritos que aspiram a um pacto de verdade com o leitor, apresentando-se como espelhos ou reconstruções do pretérito (ESPERANÇA, 2006, p. 236).

No livro-reportagem de Luiz Cláudio, os depoimentos adquirem papel central. A imensa lista de fontes consultadas por ele e a equipe da revista *Veja*, referidas pelo jornalista no final do livro, conta com 124 nomes. Entre testemunhas, pesquisadores e pessoas envolvidas, de uma forma ou outra, com o sequestro e com a realidade histórica da época, todos os citados contribuíram para a apuração do caso.

Devido à delicadeza do tema, Luiz Cláudio tinha uma preocupação a mais na relação com as fontes: a segurança de quem colaborava com a investigação. A preocupação é bastante evidenciada na obra. Em época de ditadura, os que testemunhavam contra o governo, mesmo falando a verdade, eram fortemente punidos. Assim, as testemunhas do caso resistiam a contar suas versões por medo. Medo por si, medo pelos familiares, medo pelos amigos. É o caso de Adélio Dias de Souza, 34 anos em 1978, que permaneceu no anonimato por 15 anos. Bilheteiro da Transporte Turismo Ltda (TTL), empresa fundada em 1955, responsável pelo transporte de passageiros no trajeto Porto Alegre / Montevideu, Adélio presenciou o início do seqüestro - quando Pedro Seelig, delegado do DOPS, que negava envolvimento com o desaparecimento dos uruguaiois, abordou Lílian Celiberti na rodoviária de Porto Alegre naquele domingo 12 de novembro de 1978.

O vendedor de bilhetes, no entanto, apesar de consultado pelos jornalistas, recusou-se a testemunhar oficialmente. Temia pela família, principalmente pela esposa, grávida de seu segundo filho. Luiz Cláudio, identificando a importância daquele testemunho, tentou em vão convencer o bilheteiro:

— Adélio, eu quero te fazer uma proposta — falei. — A gente conversa, numa boa, tu nos conta o que sabe para ajudar a gente a avançar no caso. E o que eu posso te prometer é que não iremos usar o teu nome. Só queremos a tua ajuda, sob absoluto sigilo (CUNHA, 2008b, p. 302).

Mesmo com a garantia de anonimato e proteção policial, Adélio não cedeu: “levamos a testemunha ao promotor Dirceu Pinto, que lhe assegurou proteção policial para depor. ‘Proteção contra o DOPS, doutor?’, duvidou o bilheteiro, com razão — e nunca depôs” (CUNHA, 2008a, p.202). Apesar da negativa em testemunhar, Adélio forneceu importantes detalhes do sequestro, o que devolveu a confiança aos jornalistas:

Sua secreta revelação, porém, teve uma importância decisiva: mesmo sem nunca depor no tribunal nos deu a dupla certeza — de fonte limpa — sobre a data e a execução do sequestro. Um adulto brasileiro confirmava definitivamente o que se sabia apenas pelo testemunho de uma criança uruguaia: a operação chefiada pelo delegado Seelig tinha começado na Rodoviária no domingo, 12 de novembro, horas antes do jogo do Beira-Rio que o menino jamais veria. Adélio nos dava o conforto da convicção. Estávamos no caminho da verdade (CUNHA, 2008b, p. 304).

Após quinze anos de sigilo, Luiz Cláudio foi autorizado a revelar a fonte em 1993, em um caderno especial, com edição de Eduardo Bueno, no jornal *Zero Hora*, e em um documentário, com direção de João Guilherme Reis, para a RBS TV, em alusão aos 15 anos do sequestro.

As declarações *off the records*, como a de Adélio, foram fundamentais para a reconstrução da narrativa. Assim, o jornalista assegura a veracidade das informações sem colocar em risco a integridade das fontes:

Muitas daquelas conversas feitas em *off*, na investigação do sequestro, preservam o sigilo da fonte até hoje. Como já disse em outra oportunidade, o *off* não é um valor absoluto, intangível, dogmático. O *off*, como um medicamento eficaz, deve ser parcimonioso e pontual. Não pode ser uma droga que transforme o repórter e o Jornalismo em dependentes crônicos, com o cérebro bloqueado e a pulsação alterada pelo vício continuado da informação anônima — que só excita o Jornalismo irresponsável e cambaleia a credibilidade da informação (CUNHA, 2008b, p. 21).

Durante seu depoimento à CPI do Sequestro, criada pela Assembleia Legislativa para desviar o foco das investigações dos policiais para os jornalistas, que passaram de testemunhas de acusação a réus com envolvimento em atividades

subversivas, Luiz Cláudio reafirmou sua integridade, em seu vínculo com as fontes. Em março de 1979, diante das perguntas comandadas pelo ex-chefe de polícia e então deputado da ARENA, Cícero do Amaral Viana, e executadas com maestria por Jarbas Lima, relator da CPI, o jornalista recorreu às premissas do trabalho de repórter:

Seu companheiro de bancada, o relator Jarbas Lima, insistiu que eu abrisse minhas fontes — dentro e fora da polícia — que mantinham o DOPS acuado e a *Veja* bem informada. Recusei. Ele insistiu de novo. Falei que isso feria o sigilo profissional (CUNHA, 2008b, p. 284-85).

Baseado no artigo 7º da Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967 — a Lei de Imprensa —, Luiz Cláudio recusou-se a divulgar suas fontes. Frente à declaração de que a legislação assegurava e respeitava o sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, repórteres ou comentaristas, os deputados mudaram o rumo da conversa.

SynvalGuazzelli, governador do Rio Grande do Sul em 1978, por outro lado, era uma fonte pública. Menos temeroso que o funcionário da TTL, Guazzelli escorregava ante os contatos de Luiz Cláudio, que continuava tratando-o como elemento primordial para a reportagem:

Como chefe da sucursal de *Veja* no Sul, eu tinha conversas quase toda semana sobre política nacional com o governador do Rio Grande do Sul. Excelente informante, conquistado ao longo de inúmeras conversas *offtherecord* em seu gabinete e na ala residencial do Palácio Piratini, mesmo nos momentos mais tensos de seu governo, formara-se entre nós uma consistente relação de confiança baseada entre um repórter e uma fonte honesta que se respeitavam. Diante do sequestro, além do governador e máxima autoridade estadual, eu via em Guazzelli um aliado (CUNHA, 2008b, p. 119).

Baseado na relação de confiança desenvolvida com o governador, o jornalista sentia-se na obrigação de não passá-lo para trás. Assim oportunizou a Guazzelli uma informação de forma prioritária, quase exclusiva. No entanto, apesar do aparente compromisso com a investigação, o governador esquivava-se dos encontros com o jornalista. Pouco antes da identificação pública de Didi Pedalada como um dos sequestradores, Luiz Cláudio tentara, em vão, revelar os próximos passos ao governador.

Eu pedi uma audiência, [...] preocupado em lhe dar a chance de puxar a ponta do novelo e desemaranhar a honra do seu governo. Já tínhamos a foto, a ficha e o nó de Didi Pedalada com o sequestro, embaralhando o DOPS na operação clandestina com o Uruguai. Naquele momento a reportagem apurada e editada já estava em São Paulo, no trabalho de edição final antes de descer para a gráfica [...]. Eu queria dar a Guazzelli a vantagem estratégica de saber disso tudo antes de sua polícia. Pretendia lhe dar algum tempo, antes que a revista fosse para as bancas, para adotar as providências devidas para surpreender os sequestradores e tomar a iniciativa da investigação sobre os órgãos de repressão (CUNHA, 2008b, p. 170).

O objetivo do jornalista, nesse momento, era não trair sua fonte. Contudo, Guazzelli dispensou o encontro, imaginando que não se tratava de assunto importante que devesse atrapalhar seu feriado de final de ano. Por não dispensar a devida atenção ao o jornalista, o governador tomou conhecimento da acusação da mesma forma que todos os leitores de *Veja*: pelas páginas da edição publicada em 23 de dezembro de 1978.

#### 4.2.3 Objetividade

A História do Presente, muitas vezes, é criticada pela forte ligação entre o pesquisador e o objeto. O obstáculo encontrado, desta vez, é “como fazer uma História de algo que o próprio pesquisador está vivendo?”. Ao fazer parte da realidade analisada, o historiador inevitavelmente coloca-se em uma posição delicada. Para evitar desconfiâncias exteriores e garantir a precisão da averiguação histórica, Padrós (2004) recomenda valer-se de métodos que assegurem a objetividade do julgamento. Para isso, uma das principais questões a ser observada seria a norma da veracidade:

A norma da veracidade é uma norma do conhecimento histórico que se posiciona contra a função social das recordações históricas e do senso comum, enfatizando os procedimentos científicos em que cada declaração é confirmada pela veracidade das fontes (PADRÓS, 2004, p. 210-211).

Assim, o cuidado com as versões pesquisadas garantiria a objetividade esperada do pesquisador. No entanto, tal prática não elimina totalmente a subjetividade, que deve ser controlada no decorrer da pesquisa.

Uma história objetiva não anula o sujeito, mas estabelece com ele uma

relação de equilíbrio através dos mecanismos de controle e aferição mencionados, que garantem a legitimidade do que seja produzido como conhecimento (científico). A forma legítima de um historiador garantir credibilidade ao emitir opiniões sobre uma base de dados objetivos é fazê-lo através de um trabalho permanente de revisão, verificação e acumulação de conhecimentos parciais. É dessa forma que ele pode contribuir para a consolidação da objetividade histórica (PADRÓS, 2004, p. 210).

A busca pela objetividade na História, então, compreenderia o domínio da subjetividade: “a procura de objetividade na história implica a permanência de um componente subjetivo que é imanente a toda produção do conhecimento científico e impõe a vigilância do componente subjetivo” (PADRÓS, 2004, p. 209). Esse controle seria feito pela utilização de recursos metodológicos e conceituais adequados, pelo respeito às evidências concretas e pelo estabelecimento de relações com outros nexos do real.

O conhecimento histórico percebido como “guia para a ação” tem largo registro na história. Na prática, todo discurso histórico pode ser objeto de instrumentalizações política, social, cultural, etc. Porém, isso não valida equivalentemente as qualidades teóricas do discurso histórico (sua legitimidade) e sua utilidade ideológico-política (função social), pois esta última não possui uma magnitude diretamente proporcional à validade teórica (PADRÓS, 2004, p. 210).

Importante para o Jornalismo, a objetividade também é uma preocupação para Padrós, pois ela asseguraria uma História o mais fiel possível à efetivamente acontecida. Através dela, Jornalismo e história buscariam a anulação da dúvida, aproximando-se da realidade. Sponholz (2009, p. 17) entende a objetividade jornalística como “a correlação entre a realidade midiática e a realidade social”. Por depender da credibilidade, o jornalista procuraria suprimir a subjetividade desde o início de sua atuação profissional: “através da sua pretensão de ser o mediador entre o público e a realidade é que o Jornalismo se diferencia de outras atividades midiáticas”, afirma (SPONHOLZ, 2009, p. 18).

Seguindo, portanto, critérios de atividade jornalística, para ter certeza dos fatos apurados, Luiz Cláudio tinha com o fotógrafo J. B. Scalco um pacto de duplo reconhecimento, como conta:

Antes de viajar, eu e ele [*J. B. Scalco*] acertáramos que todo e qualquer reconhecimento da dupla de sequestradores na porta da rua Botafogo só seria levado adiante em cima da dupla confirmação de um e outro. Não bastava a certeza de um esmaecida pela dúvida do outro. Qualquer



divergência, nesse caso, sepultaria a suspeita. Nosso reconhecimento deveria ser duplo, total, absoluto. Ou tudo, ou nada. Nosso trabalho só permitia jogar com a certeza, nunca com a dúvida (CUNHA, 2008b, p. 161).

O jornalista, mesmo tendo reconhecido por meio de uma fotografia um dos policiais que os receberam no apartamento da rua Botafogo em 17 de novembro, foi encontrar-se com o fotógrafo em São Paulo, para confirmar a identificação. Diante da confirmação do colega, o chefe da sucursal de *Veja* continuou com a acusação e, só então, começou a colher dados sobre o ex-jogador de futebol Didi Pedalada, descoberto por ambos em uma fotografia de 1974, ano em que o atleta embarcava para o México para atuar no Laguna, um time da segunda divisão daquele país.

Após o duplo reconhecimento pela imagem obtida pelo fotógrafo Kadão no arquivo do jornal *Zero Hora*, o próximo passo era o embate presencial. Afinal, uma foto poderia levar a um engano. O encontro ao vivo, apenas 53 dias após o flagrante no apartamento dos uruguaios, no entanto, deveria eliminar qualquer dúvida. No momento da acareação de Didi Pedalada e Luiz Cláudio, em que o jornalista reafirma o reconhecimento, vê-se novamente a aplicação do método de dupla identificação, que garantia a total segurança da informação:

O delegado pareceu tão convencido por meu reconhecimento que nem quis fazer a acareação com J. B. Scalco.  
 — É desnecessária — alegou [*o delegado*] Fuques.  
 — Não, eu quero ter absoluta convicção — reagiu com firmeza Scalco, mais tarde, ao saber da decisão policial. — Gostaria de ser acareado com o Didi, delegado (CUNHA, 2008b, p. 214).

Depois a certeza da identidade de um dos policiais, o próximo passo seria encontrar o segundo agente, mais tarde identificado como João Augusto da Rosa, o Irno, inspetor do DOPS. Em março de 1979, o deputado Carlos Giacomazzi, do MDB, presidente da Assembleia Legislativa, assumiu o governo do Rio Grande do Sul, na ausência de Guazzelli, em viagem para Brasília, e do vice Amaral de Souza, já afastado do cargo para em breve assumir o governo do estado de forma definitiva. Aproveitando-se da situação favorável, com a oposição no poder, Luiz Cláudio solicitou a Giacomazzi uma acareação com todos os servidores do DOPS. Neste ponto, percebe-se novamente a preocupação com a objetividade e a segurança das informações. A pedido do advogado Werner Becker, que defendia os jornalistas, duas exigências foram feitas: Luiz Cláudio e Scalco só aceitariam fazer o

reconhecimento dos policiais se lhes fosse fornecida uma lista completa dos funcionários do DOPS no período do sequestro e a carteira de identidade de cada policial. Segundo o próprio jornalista, as providências serviam para a certeza de que estavam sendo acareados com as pessoas certas:

Vamos receber uma lista com cerca de duzentos nomes e precisamos ter certeza de que as pessoas que vão desfilar diante de nós são as mesmas daquela lista, e não outras duzentas. Devemos ter certeza de que estamos reconhecendo policiais do DOPS (CUNHA, 2008, p. 257).

O catálogo de nomes, de fato, foi fornecido ao jornalista. Eram quatro conjuntos de seis folhas, com nome, cargo, frequência e observações dos funcionários do DOPS. Entre as observações, anotações sobre faltas, férias, punições ou remoções, que pudessem interessar ao órgão de segurança. De posse dessa valiosa coleção de documentos, Luiz Cláudio preveniu-se:

Na avenida Sertório, paramos ao acaso em um posto de gasolina. Encontrei ali o que buscava. Um lojinha com uma máquina xérox. Fiz várias cópias das 24 folhas cobrindo quatro meses de pagamento aos funcionários do DOPS. Distribuí o material entre nós — eu, Kadão, Pedro Maciel, Bira. Cada um tratou depois de achar um lugar em casa, no apartamento de um parente, no escritório de um amigo, para garantir a integridade do material, longe das garras da repressão eventualmente arrependida pela liberalidade (CUNHA, 2008b, p. 262).

Quando o suspeito é policial, a objetividade adquire importância ainda maior. Para questionar quem deveria defender a lei, o caminho seria mesmo cercar-se de todos os cuidados possíveis.

#### 4.2.4 Relação sujeito e objeto na proximidade temporal

O quarto aspecto relacionado por Padrós (2004) trata da proximidade do autor com o objeto estudado, temporal e materialmente, intrínseca aos exames do Tempo Presente. Nesse sentido, argumenta que a inserção do historiador e do seu objeto de exame no mesmo plano histórico determina o envolvimento do sujeito com o seu entorno:

O engajamento constitui uma questão que é, sem dúvida, uma das mais delicadas sob a perspectiva da história do tempo presente. O conhecimento científico sobre as estruturas de dominação social e sobre como elas

envolvem cada indivíduo não pode ser ocultado nem pode ser considerado neutro, uma vez que contribui para o desmascaramento da opressão social (PADRÓS, 2004, p. 213).

A conexão entre pesquisador e realidade analisada, por ser indissociável do estudo, pode afetar os julgamentos do pesquisador, caso ele seja influenciado pelo engajamento a determinada posição frente ao tema. Isso exige que a observação seja constantemente atualizada a partir de ferramentas teórico-metodológicas que suprimam ao máximo a subjetividade da crítica superficial, já expressos no item 4.2.3 deste capítulo. No entanto, a ligação sujeito-objeto não representa, necessariamente, uma dificuldade imposta pela História do Presente. Essa relação pode ser interpretada como uma necessidade de reafirmação dos instrumentos metodológicos da observação:

[...] a ausência de distanciamento cronológico pode ser considerada como uma potencialidade do tempo presente; sem a pretensa objetividade positivista, o historiador, ao ter que analisar os acontecimentos na simultaneidade da sua manifestação, fica muito mais exposto e é “obrigado” a esclarecer sua orientação teórico-metodológica e até mesmo política (PADRÓS, 2004, p. 212).

O engajamento, por outro lado, pode servir de proteção para o examinador, ao forçá-lo a analisar complexamente as questões. Ao não aceitar uma versão da realidade, uma vez que discorda dela, o observador adota uma postura de compromisso com a verdade e a análise total dos fatos expostos. A obrigação do exame abrangente coloca também o pesquisador em uma conjuntura de não-esquecimento, fundamental para a recuperação dos acontecimentos históricos.

Responsável pela persistência do investigador social no tema escolhido, com o qual tem comprometimento intelectual, a afinidade entre o investigador social e o tópico pesquisado pressupõe, igualmente, a explicitação clara dos objetivos e métodos da pesquisa, bem como a ação que ultrapassa a observação: “a pertinência de se esperar uma certa postura pedagógica, no sentido de se aprender com os acontecimentos, assim como pretender fornecer subsídios para mudar o que exista (possibilidade de função social)” (PADRÓS, 2004, p. 218). Neste caso, pode-se identificar um duplo emprego da História: de um lado, sua importância teórica para a explicação do mundo. De outro, a importância social de reconstrução do passado e luz sobre os trechos desconhecidos da existência humana.

Para que tais objetivos sejam alcançados, o pesquisador social deve ter presente durante toda a pesquisa uma orientação ética. O autor explica a ética na História:

A ética na ciência histórica passa pelo ater-se à ciência, à verdade e ao conhecimento científico. Logo, a honestidade intelectual do historiador passa pelo não ocultamento de outras matrizes explicativas que não sejam as suas e pela explicitação dos limites e dificuldades do seu trabalho, assim como das suas perspectivas teórico-metodológicas (PADRÓS, 2004, p. 220).

A ética, no entanto, não anula totalmente posições visíveis durante situações específicas e concretas. É o caso, por exemplo, da necessidade de posicionamento do pesquisador frente às tentativas de falsificação da História ou ocultamento de passagens da narrativa. O expert, observa, teve ter cautela, mas agir como um “ser social instrumentalizado para analisar seu tempo sem deixar de socializar suas informações e sem sonegar explicações” (PADRÓS, 2004, p. 220).

Na obra *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* é notável a relação desenvolvida entre o repórter e os envolvidos no caso. Mesmo tendo como objetivo sempre a busca da verdade, Luiz Cláudio não podia abster-se de se posicionar frente ao sequestro, pois envolvia a vida de quatro pessoas. O engajamento do chefe da sucursal de *Veja* no Rio Grande do Sul, mais do que para o público, foi assumido para a mãe de Lílian, que implorava pelo esclarecimento do caso e pela sobrevivência da filha. Diante do jornalista, Lilia insiste, exigindo a sua interferência, o que requer seu compromisso:

— *Señor, ellosestaban com mi hija... Había que denunciarlos* — protesta, a indignação dando um pouco de rubor à pele acinzentada de seu rosto triste, amargurado.

— Dona Lilia, não sei o que lhe dizer nesta hora. Mas eu farei o que estiver ao meu alcance para tentar esclarecer os fatos. É meu papel como repórter (CUNHA, 2008b, p. 54)

Justamente pela busca da veracidade dos fatos, Luiz Cláudio não podia acreditar nas versões policiais, que se desmentiam e caíam em contradição conforme as testemunhas iam sendo descobertas e as pistas conseguidas. Padrós alerta para a importância do confronto com as autoridades, já que “grupos sociais interessados em manter o *statu quo* defendem um conhecimento instrumentalizado

que reproduza as aparências enquanto reagem contra a difusão de qualquer novo conhecimento” (PADRÓS, 2004, p. 215). É o caso dos policiais que negavam o sequestro, o que claramente atrapalhava a investigação e ainda requeria um posicionamento mais engajado dos jornalistas:

As repetidas negativas e o baixo rendimento da polícia, contudo, começam a produzir em nós todos — repórteres empenhados na cobertura do sequestro — a certeza de que aquela investigação só avançaria com o esforço da imprensa (CUNHA, 2008b, p. 54).

Essa tentativa de negar a realidade, explica Padrós (2004), consolida o anestesiamiento geral e a desresponsabilização histórica: “tais mecanismos contribuem para a implantação de uma memória ‘reciclada’ que interessa ao poder dominante e que, evidentemente, se afasta ainda mais do (passado histórico) real” (PADRÓS, 2004, p. 216).

Como já discutido no item 4.2.3 deste estudo, um dos instrumentos usados para o efetivo cerceamento da subjetividade é a clara exibição dos objetivos e caminhos percorridos pelo pesquisador. Apesar de ausente no Jornalismo cotidiano, a prática é comum nos livros-reportagem, e aqui não é diferente. Luiz Cláudio explicita de forma clara, em diversos trechos da publicação, as dificuldades encontradas e as escolhas feitas por ele. É comum, inclusive, o desabafo sobre as pistas falsas seguidas ao longo do processo. O leitor toma conhecimento, também, da preocupação do repórter em averiguar todas as possibilidades. É o caso do fragmento abaixo:

Onze meses depois, a busca continuava. Cartas anônimas, telefonemas obscuros, pistas equivocadas de informantes, vagas suspeitas de vizinhos — tudo chegava a nós por diferentes fontes. Tudo era motivo de investigação. Desprezar uma pista, uma única dica, poderia ser o descarte do homem que procurávamos. Por isso nada podia ser negado. Quase um ano de procura, em vão, e o cansaço aumentava. Uma pauta não pode, não deve durar tanto tempo. A paciência se esgota. Repórteres estão acostumados ao efêmero, ao fugaz, à notícia que vira embrulho de peixe no dia seguinte. Mas nosso embrulho não estava completo. Faltava a última dobra. Faltava dobrar o último obstáculo (CUNHA, 2008b, p. 305).

#### 4.2.4.1 A posição editorial da revista *Veja*

“Era uma pauta jornalística, como qualquer outra. Como nenhuma outra,

devia ser só uma pauta” (CUNHA, 2008b, p. 165). Elemento a mais na mediação da relação entre pesquisadores e pesquisados, não se pode esquecer que o jornalista Luiz Cláudio agia com a segurança de uma grande revista o apoiando. Com uma tiragem de 170 mil exemplares por edição, *Veja* garantia aos repórteres uma voz ativa na investigação e a certeza de que se algo acontecesse com eles — prisão, desaparecimento ou morte — isso viraria a notícia que incriminaria os policiais em ambos os crimes: o cometido contra os repórteres e o que eles estavam investigando. Como funcionário da revista, Luiz Cláudio exigia que *Veja* avalizasse a investigação, o que de fato ocorria:

Confirmada a aparição dos uruguaios em Montevideú, tratei de telefonar imediatamente para o diretor de redação da *Veja*, José Roberto Guzzo, em sua casa em São Paulo. Contei ainda no sábado [25 de novembro] a versão divulgada pelos militares minutos antes e pedi a ele autorização para viajar ao Uruguai, em busca da verdade sobre o traslado dos sequestrados até a capital uruguaia. Guzzo concordou (CUNHA, 2008b, p. 104).

José Roberto Guzzo, então com 35 anos de idade, defendia a sentença maior no Jornalismo: “quem devia brilhar era a revista, não seu diretor” (CUNHA, 2008b, p. 165). Responsável pela elevação da tiragem da revista em 500% nos anos em que esteve à frente do veículo (a tiragem pulou de 170 mil exemplares para 908 mil em 1991), Guzzo era um diretor inquieto. Não se satisfazia com a cobertura dos assuntos da semana; queria mais: “Guzzo achava que a revista devia ser chacoalhada, sempre que possível, com a agitação de uma reportagem inesperada, fora da rotina semanal” (CUNHA, 2008b, p. 165). Assim, Luiz Cláudio e a equipe da sucursal de *Veja* na capital gaúcha encontraram no chefe um importante aliado. O diretor afirmava, com todas as letras, que a investigação era “uma bela pauta, uma pauta de *Veja*, com a cobertura e a responsabilidade que a revista tem de ir até o fim da investigação” (CUNHA, 2008b, p. 167).

No momento da identificação de Didi Pedalada, instantes antes de a reportagem reveladora ser enviada à gráfica, surge o compromisso da revista e a preocupação com a segurança dos envolvidos:

Por trabalhar em outra revista da Abril, a *Placar*, ele [o fotógrafo J. B. Scalco] poderia ter motivos para se sentir menos protegido que eu. Reconhecer um agente do DOPS como sequestrador, pelas páginas da *Veja*, não deveria ser uma aventura pessoal. Individualmente, nem eu nem Scalco tínhamos estrutura ou motivos para assumir o risco dessa atitude.

Era preciso encarar tudo isso com uma postura profissional, como uma decorrência natural de nosso trabalho como repórteres. Repórteres a serviço da revista e dos leitores, apenas. Era um compromisso que, para minha tranquilidade, já estava expresso no espaço editorial da *Veja* daquela semana, 20 de dezembro (CUNHA, 2008b, p. 163).

Diante da insegurança de Luiz Cláudio, apreensivo com a posição de Scalco, que não integrava a equipe de *Veja*, mas a da revista *Placar*, do mesmo grupo Abril, Guzzo foi claro:

— Não tenham receio. É uma bela história e vamos mergulhar fundo nela. É uma pauta da revista e tudo o que fizerem, em cima do caso, será por minha determinação pessoal — esclareceu Guzzo, agora me encarando. — Inclusive, se você achar necessário, Luiz Cláudio, eu vou contigo a Porto Alegre e informo diretamente o governador Guazzelli sobre a apuração de *Veja* (CUNHA, 2008b, p. 167).

Para Luiz Cláudio, não foi preciso o diretor acompanhá-lo na conversa com Guazzelli. O governador já era fonte antiga do repórter, como vimos em seção anterior.

Para demonstrar ainda mais o comprometimento da revista, Guzzo convocou uma reunião geral com a presença do redador-chefe, do editor de política e do editor-assistente. Jorge Escosteguy, editor-assistente, foi nomeado uma espécie de “editor do sequestro”. Scotch, como era conhecido pelos colegas, seria responsável por discutir as pautas, orientar as investigações e unificar e qualificar as matérias enviadas de Porto Alegre à sede em São Paulo. Era mais uma forma de certificar a importância do assunto para a revista e garantir objetividade no tratamento do delicado tema.

Com a análise da obra *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* segundo os critérios estabelecidos por Padrós (2004), conclui-se que o livro-reportagem de Luiz Cláudio Cunha apresenta as características básicas de História do Presente. Por esses critérios, a publicação pode ser classificada como o registro da História do Tempo Presente.

Passamos agora às considerações finais. Com base nas teorias expostas nos capítulos anteriores, no contexto histórico recuperado no terceiro capítulo e na análise do objeto empírico, realizada nesta seção, no capítulo a seguir apresentamos os resultados finais e avaliamos o percurso da pesquisa, apontando algumas dificuldades e questões que permanecem abertas a novas investigações.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, procura-se analisar o conjunto da pesquisa em relação aos seus objetivos iniciais e levantar alguns pontos a partir dos quais novas investigações podem ser desenvolvidas.

Para este estudo, partimos da hipótese de que a atividade jornalística poderia tornar-se documento de registro da História. Assim, fez-se a análise do livro-reportagem *Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha, publicado em 2008 pela L&PM Editores.

Antes da análise propriamente dita, foi necessário discutir conceitualmente as relações entre de História e Jornalismo e as conexões entre Jornalismo e Memória. A partir da ampliação do conceito de passado histórico, agora também abrangendo os fatos recentes, a História apropria-se de um campo de atuação tradicionalmente do Jornalismo – a atualidade -, rompendo algumas fronteiras entre as duas áreas e promovendo a interdisciplinaridade e a ampliação do conhecimento. “O trabalho com esses novos materiais implica, muitas vezes, a necessidade de cooperação com as demais ciências, em função do grau de especialização exigido e pela singularidade de alguns instrumentos de análise” (PADRÓS, 2004, p. 205).

Assim, a aproximação com a História é essencial para o entendimento do fazer jornalístico atual. Essa relação trouxe às matérias jornalísticas a preocupação com a ampliação das indagações e o questionamento dos porquês dos fatos. As causas, mais do que a realidade em si, são interrogadas também pelo Jornalismo, preocupação antes exclusiva da ciência histórica. Como afirma Barbosa (2007, p. 154), “considerar a história não é necessariamente realizar estudos históricos, mas se valer da teoria da história para empreender a análise”. Portanto, é inegável a mútua influência entre as áreas e as mudanças decorrentes dessa relação.

Essa exposição foi feita no capítulo 2, em que também se conceitua a reportagem jornalística, classificando-a como um tipo de grande matéria que dá origem a livros-reportagem. Aqui, é importante destacarmos que a História, em geral, é contada pelos vencedores. Ao Jornalismo, cabe buscar a versão também dos vencidos, dos injustiçados, dos esquecidos. Como tal, a História, bem como o Jornalismo, é uma narração com pretensão ou ao verdadeiro ou ao verossímil.

Nesse sentido, relacionou-se o livro-reportagem como uma forma de



recuperação da história de um personagem, de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma nação inteira. Com esse capítulo, acredita-se ter atingido o primeiro objetivo específico deste trabalho: discutir a concepção de História do Presente e estabelecer a sua relação com o fazer jornalístico.

No terceiro capítulo desta monografia, retomou-se o contexto do sequestro dos uruguaios. Ao recordar a realidade histórica, foi possível explicitar a realidade da ditadura militar que assolou o Brasil entre os anos 1964 e 1985, bem como a cooperação internacional do regime com outros governos ditatoriais da América do Sul. As ditaduras militares no Cone Sul inauguraram um período de trevas na história recente do continente sul-americano. Repressão e torturas eram práticas comuns, e o medo era um sentimento conhecido da população. Quem ousasse discordar do sistema político ou acreditar em uma nova realidade era considerado inimigo de cinco países, pelo menos, não só do seu. A Operação Condor foi o instrumento diplomático utilizado por esses países para internacionalizar seus opositores políticos.

No Cone Sul, segundo as entidades de direitos humanos, mais de 35 mil pessoas foram mortas ou estão desaparecidas (MARIANO, 2003). A imprensa brasileira contribuiu para que Universindo Diaz, Lilian Celiberti e seus dois filhos não fizessem parte dessa estatística. A denúncia sustentada por veículos brasileiros, como a revista *Veja* e os jornais *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil*, *Zero Hora* e *Correio do Povo*, entre outros, suscitou nos leitores o anseio pela justiça e pela punição dos culpados. Assim, o casal e as crianças tiveram um tratamento diferenciado do destinado a outros presos políticos.

Nesse capítulo, também se discorreu sobre a estrutura da sucursal da revista *Veja* no Rio Grande do Sul em 1978 e sua relação com os demais veículos da editora Abril com sede em Porto Alegre. O objetivo, com esse item, foi compreender o contexto histórico da época da publicação das reportagens originais e a importância das matérias de denúncia do sequestro no curso dos acontecimentos daquele período, bem como a importância da estrutura da editora Abril para a cobertura do caso.

A partir da satisfação dos dois primeiros objetivos específicos, partiu-se para a análise do objeto de estudo. Com base nos critérios estabelecidos por Padrós (2004), procuramos identificar no livro-reportagem *Operação Condor – o sequestro*

*dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* as características que nos possibilitassem classificá-lo como uma forma de narração da História do Tempo Presente. Para isso, procuramos desvendar os processos de trabalho empregados por Luiz Cláudio Cunha na produção do livro.

Assim, foi possível perceber que o repórter perseguiu, de forma não intencional, passos semelhantes aos descritos por Padrós (2004), que incluíam a ampliação do tema, a relação do autor com as fontes, a busca pela objetividade na verificação (garantido principalmente pelo emprego de um método duplo de reconhecimento e de cópia de segurança dos documentos) e o cuidado com a relação entre sujeito e objeto na proximidade temporal, processo assegurado institucionalmente pela direção da revista *Veja*. Essas práticas, analisadas aqui separadamente, confundem-se na realidade. A divisão foi estratégica, para fins de estudo, o que por vezes consistiu em dificuldade para a comprovação item a item.

Ao revisitar a cobertura da revista *Veja* realizada em 1978, Luiz Cláudio Cunha cumpre o primeiro passo relacionado por Padrós (2004). A ampliação do tema é necessária aos registros da História do Presente para que as leituras da realidade estudada sejam feitas de forma completa, integrada com os resultados e com as implicações decorrentes do fato. Sobre as dificuldades encontradas para a expansão da narrativa, o jornalista afirma:

O que se lê e o que se vê na imprensa, nas páginas dos jornais e revistas, na tela da TV, é a pauta que funcionou, o bom resultado, o sucesso, o objetivo alcançado, o que deu certo. Não se vê e não se lê o que deu errado, o que não aconteceu, a entrevista furada, a fonte inconsistente, a pista falsa, o fracasso. Grande parte do trabalho de um repórter é gasta com o insucesso. A maior parte do tempo é investida em pistas erradas, em apostas perdidas, em suspeitas infundadas. Coisas que ninguém jamais verá nem lerá. Perdem-se muitas horas e dias para avançar alguns minutos. Gasta-se muita sola de sapato e muita energia para avançar alguns metros. Sem esse esforço aparentemente inútil, nada avança, e tudo se perde. Apesar da frustração, é uma purgação essencial do Jornalismo. Uma espécie de seleção natural, com o descarte das informações ruins e a preservação das informações melhores, mais consistentes, mais aptas à evolução da reportagem rumo ao estágio superior da verdade. Um determinismo da busca do conhecimento ao qual todo o repórter deve se submeter com a humildade e o rigor de um cientista, com a paciência e a obstinação de um pesquisador (CUNHA, 2008b, p. 305).

Ao expor, no livro-reportagem, os detalhes que não puderam ser divulgados nas páginas de *Veja* entre 1978 e 1980, o repórter realiza o que Padrós (2004) define como a primeira crítica fundamental para a produção de conhecimento sob a

ótica da História do Presente.

Partimos, então, para o segundo requisito da análise, a avaliação da relação do autor com a fonte, particularidade intrínseca à História do Presente e ao Jornalismo. Novamente, pudemos identificar no trabalho do repórter a preocupação de Padrós (2004). O cuidado com as fontes de informação percorre todo o livro, reforçando a atuação do jornalista e sua consideração com as testemunhas do caso. A relação era ainda pontuada pela dupla posição de Luiz Cláudio, expressa com clareza no livro: ao mesmo tempo em que era o jornalista averiguando o assunto, era a testemunha ocular relatando o que vira.

Às vezes, a condição de testemunha era boa, porque me dava uma vantagem incontestável na investigação. Só eu sabia o que os outros repórteres não sabiam. Eu podia, instantaneamente, perceber se a pista era boa ou não. Não precisava confirmar o detalhe com nenhum personagem. Eu era o personagem. Isso era bom, porque me dava rapidez e certeza na apuração.

Outras vezes, o papel de testemunha era ruim, porque me tirava a liberdade de movimentos. Por exemplo, eu nunca pude assistir a nenhuma entrevista coletiva dos chefes da área de segurança, que convocam a imprensa para responder às minhas denúncias. Se eu lá estivesse, a coletiva se transformaria numa inesperada acareação entre a polícia e a testemunha do sequestro. Um bate-boca, naquele momento, só me tiraria o foco da investigação e atrasaria o meu trabalho. Por isso, eu evitava essas armadilhas. Tomando esses devidos cuidados, consegui escapar desses desvios e chegar ao objetivo final, a identificação final dos responsáveis pelo sequestro de Universindo, Lilian e seus dois filhos (CUNHA, 2012, Anexo A).

Ao analisar o terceiro elemento, a busca da objetividade, igualmente encontrado na obra, nota-se o cuidado com a versão “mais verdadeira”, que explicasse todos os pormenores do sequestro. Como a concepção de objetividade é comum às duas áreas, Jornalismo e História, é fácil observar a importância do esforço para a supressão da subjetividade nos métodos de investigação de Luiz Cláudio Cunha.

Quanto à relação entre sujeito e objeto na proximidade temporal, percebe-se que essa também foi uma preocupação permanente. Segundo Padrós (2004), no entanto, o engajamento é um dos atributos básicos da História do Presente. A proximidade com o tema, do qual era testemunha, foi fundamental para que Luiz Cláudio não se deixasse enganar pelas falsas versões divulgadas pelos responsáveis pelo sequestro. Aqui, aparece a importante mediação de *Veja* à época da cobertura original. Em 1978, a direção da revista divide com o jornalista a

responsabilidade pela investigação, especialmente quando o diretor de redação da afirma que o assunto seria tratado com prioridade.

Com isso, acredita-se cumprir o terceiro e último objetivo específico desta pesquisa: analisar, a partir de critérios utilizados na ciência histórica, conforme Padrós (2004), aspectos que fazem do livro *Operação Condor: O sequestro dos uruguaios* uma narrativa da História do Tempo Presente.

Dessa forma, julga-se alcançado o objetivo geral deste trabalho - analisar o livro-reportagem *Operação Condor – o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura* de maneira a identificar as peculiaridades que fazem dessa obra jornalística uma forma de narrativa da História do Tempo Presente. A partir dos quatro requisitos apontados por Padrós (2004) para o estudo da História do Presente, a nosso ver encontradas no livro de Luiz Cláudio Cunha, é possível classificar esse livro-reportagem como uma forma de narração da História do Presente.

Como síntese final deste trabalho, citamos Luiz Cláudio Cunha:

Os mestres do meio acadêmico já perceberam algo que poucos de nós, jornalistas, compreendemos: o repórter é apenas o historiador do presente. Nas pequenas ou grandes matérias produzidas no dia a dia da imprensa, o jornalista vai construindo o relato que, depurado pelo tempo, acabará dando a base sólida e futura da História, como narrativa da saga humana (CUNHA, 2012, Anexo A).

No entanto, ainda de acordo com Cunha (2012, Anexo A), a pretensão de registrar o momento para a posterioridade não deve nortear o caminho de um bom repórter, que tem de se preocupar estritamente em realizar seu ofício primeiro: registrar a notícia. “Ele não é o senhor do peso histórico do fato que está cobrindo. A permanência de seu trabalho, no futuro, como registro fundamental da História, vai depender da excelência do texto, da transcendência do fato, da contundência dos acontecimentos” (CUNHA, 2012, Anexo A).

De acordo com ele,

O resgate da história demanda tempo, tempo é dinheiro e dinheiro é um recurso cada vez mais escasso no meio editorial brasileiro. A abertura de linhas de apoio em fundações, empresas privadas, organismos oficiais e entidades voltadas ao mecenato na área das ciências, da cultura e da informação torna possível, agora, o que antes não passava de meros devaneios pessoais. Um país e seu povo ganham quando atingem este grau de maturidade e de preocupação com o resgate dos valores, da

memória e dos fatos que contam e explicam sua história (CUNHA, 2012, Anexo A).

Não se pretende, aqui, esgotar o debate acerca do tema. Temos a convicção de que o assunto não se encerra com esta análise e que muitos aspectos ainda podem ser discutidos a partir de diversas outras abordagens e pontos de vista. Assim, acredita-se que este trabalho deve servir, também, de ponto de partida para outras pesquisas no campo da Comunicação, como, por exemplo, a discussão sobre acontecimento sob a ótica do Jornalismo e da História, bem como a objetividade nas ciências historiografia e comunicacional. Sendo as mesmas questões tanto para o Jornalismo como para a História, elas podem ser retomadas em outro momento ou por outro pesquisador.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Maria Ximena. *O discurso dos militares para uma 'democracia sem conflitos': Uruguai em ditadura e sua fundação discursiva (1973-1985)*. Trabalho final do curso de mestrado da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006. Disponível em:

<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/7254/PORTtrabajo%20completo.pdf?sequence=1>. Último acesso em 01 de outubro de 2012.

ANDRADE, Regina Gloria Nunes; VAZ, Cibele Mariano. A transmissão e a transformação da história pela memória social. In: BARBOSA, Marialva Carlos e RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs). *Comunicação e história - partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011. Ps 201 a 211

BARBOSA, Marialva Carlos. Meios de comunicação e história: um universo de possíveis. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007a. Ps 15-34.

\_\_\_\_\_. Meios de comunicação e usos do passado: temporalidade, rastros e vestígios e interfaces entre Comunicação e História. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008. Ps 83-96.

\_\_\_\_\_. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói: EdUFF, 2007b.

BARBOSA, Marialva Carlos; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Comunicação e história: um entre-lugar. In: BARBOSA, Marialva Carlos e RIBEIRO, Ana Paula Goulart (orgs). *Comunicação e história — partilhas teóricas*. Florianópolis: Insular, 2011. Ps 9-28

BERNSTEIN, Serge; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès; TÊTARD, Philippe (orgs.). *Questões para história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. Ps 127-130.

BROSSARD, Paulo. Guazzelli e a Lei Falcão. In: *Correio Braziliense*, 30 de novembro de 2008. Disponível em <http://www.stf.jus.br/arquivo/biblioteca/PastasMinistros/PauloBrossard/ArtigosJornais/834048.pdf>. Último acesso em 5 de novembro de 2012.

BURKE, Peter. *Escola dos Annales: a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARVALHO, Ronald de. Garanto que ouvi. In: *Zero Hora*, N° 15810, 5 de dezembro de 2008. P. 15.

CELIBERTI, Lilian; GARRIDO, Lucy. *Meu quarto, minha cela*. Porto Alegre: L&PM

Editores, 1989.

CUNHA, Luiz Cláudio. O sequestro dos Uruguaios. In: MOLICA, Fernando (org). *Dez reportagens que abalaram a ditadura*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2008a. Ps 197-248.

\_\_\_\_\_. *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Todos temos que lembrar*. Discurso proferido na cerimônia de diplomação do autor com o título de Notório Saber em Jornalismo, outorgado pela Universidade de Brasília (UnB), em 9 de maio de 2011. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/todos-temos-que-lembrar>. Último acesso em: 22 de outubro de 2012.

DÍAZ, Universindo. *Reportagens Remasterizadas 03 – Operação Condor*. Entrevistador: Nestor Tipa Júnior, em 2003. Disponível em <http://avidaeaobra.wordpress.com/2008/10/02/reportagens-remasterizadas-03-operacao-condor/> Último acesso em: 29 de agosto de 2012.

DINGES, John. *Os anos do condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ESPERANÇA, Clarice Gontarski. Testemunhas ou fontes: relações e desencontros entre jornalistas e historiadores. In: *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 2. Ps 235-251, jun./dez. 2006.

FAGUNDES, Eduardo Seabra. Prefácio. In: FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Ps 9-11.

FERRI, Omar. *Seqüestro no Cone Sul: o caso Lilian e Universindo*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GUZZO, José Roberto. A outra metade da missa. In: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008. Ps 15-16

HERSCHMANN, Micael; TROTTA, Felipe. Memória e legitimação do Samba & Choro no imaginário nacional. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Ps 71-92

KFOURI, Juca. Olho no olho do Condor. In: CUNHA, Luiz Cláudio. *Operação Condor — O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008. Ps 17-18.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998. Ps 215-240.

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da literatura*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

MARIANO, Nilson. *As Garras do Condor: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar os adversários políticos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Montoneros no Brasil: Terrorismo de Estado no sequestro-desaparecimento de seis guerrilheiros argentinos*. Porto Alegre, 2006. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Orientador: Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira. Disponível em [http://tede.pucrs.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=308](http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=308). Último acesso em 22 de julho de 2012.

NEVES, Lúcia Maria Bastos; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao vôo rasante da Operação Condor em Porto Alegre. In: *Revista Ciências e Letra*. Porto Alegre, n.41. Ps 359-389, jan./jun. 2007. Disponível em: [http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista41/Artigo\\_Enrique\\_Serra.pdf](http://www4.fapa.com.br/cienciaseletras/pdf/revista41/Artigo_Enrique_Serra.pdf).> Último acesso em: 24 de julho de 2012.

\_\_\_\_\_. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. In: *Anos 90*, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20. Ps 199-223, jan./dez. 2004. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/6356>. Último acesso em: 12 de outubro de 2012.

PEUCER, T. Os relatos jornalísticos. In: *Revista Comunicação e Sociedade*, nº 33, p. 199-214, 2000. (Tradução de *De relationibus novellis*, Leipzig: Tese (Doutorado em Periodística) – Universidade de Leipzig, 1690.)

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael (orgs). *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008.

RIOUX, Jean-Pierre. Entre História e Jornalismo. In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (orgs.). *Questões para história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999b. Ps. 119-126

\_\_\_\_\_. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnès; TÉTARD,



Philippe (orgs). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999a. Ps 39-50.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; MAHFOUD, Miguel. Halbwichs: memória coletiva e experiência. In: *Psicologia USP*, São Paulo, 1993. Ps 285-298.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Série Jornalismo a Rigor. V. 4. Florianópolis: Insular, 2009.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2009. 2.ed, 3. reimpr. Ps 51-61.

VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. Uruguai: autoritarismo e ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra. *As ditaduras de seguranças nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG: Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, 2006. Ps 23-31.

**ANEXO A – Entrevista com Luiz Cláudio Cunha  
realizada por email, em 4 de novembro de 2012**

*1 Quais foram as principais dificuldades encontradas na pesquisa para o livro?*

As dificuldades, como sempre, são materiais. O Brasil, até anos atrás, ainda era um país de costas para sua história recente — especialmente para os fatos do regime militar, que parecia atrair pouco a atenção dos leitores e editores. A ditadura, na visão de uns e outros, não prometia ser um bom, lucrativo foco de leitura. Os esforços de historiadores, pesquisadores e jornalistas interessados no resgate desse tema dependiam mais de decisões e empreendimentos pessoais. Assim, a determinação do autor acaba sendo decisiva para tocar o projeto em frente, eventualmente com um apoio externo que viabilize a estrutura necessária para a dedicação exclusiva às pesquisas e que cubra os custos de deslocamento que tornam possível a apuração indispensável para o livro.

É o que, imagino, acontece com todos os autores, e comigo não foi diferente. Na reta final de apuração e redação, tive que abandonar o emprego ter dedicação exclusiva, dia e noite, aos contatos, documentos e fontes necessárias. Nessa fase final, pude contar com a sensibilidade do banco estatal gaúcho, o Banrisul, que me concedeu o apoio cultural e me permitiu a concentração necessária para concluir a pesquisa, efetuar as viagens e finalizar o texto do livro no prazo previsto.

O resgate da história demanda tempo, tempo é dinheiro e dinheiro é um recurso cada vez mais escasso no meio editorial brasileiro. A abertura de linhas de apoio em fundações, empresas privadas, organismos oficiais e entidades voltadas ao mecenato na área das ciências, da cultura e da informação torna possível, agora, o que antes não passava de meros devaneios pessoais. Um país e seu povo ganham quando atingem este grau de maturidade e de preocupação com o resgate dos valores, da memória e dos fatos que contam e explicam sua história.

*2 Quais foram os caminhos percorridos para a atualização das matérias publicadas em 1978?*

Meu livro é mais do que uma simples atualização das matérias publicadas no período de 1978-80. Ele, na verdade, acaba sendo 'uma reportagem dos tempos da

ditadura', como está expresso no seu subtítulo. Mais do que o caso do sequestro em si, procurei fazer um retrato daqueles tempos sufocantes, tanto para os repórteres quanto para os cidadãos, todos vítimas da ditadura imposta em 1964. Pelo contexto e pelos bastidores dos episódios narrados no livro, e que não cabiam no formato de uma revista ou no clima político da época, procurei mostrar aos leitores mais jovens, que não respiraram o ar rarefeito daqueles tempos, o clima sufocante, o medo latente, o absurdo reinante de um regime calcado na violência, no arbítrio, no terror disseminado além-fronteiras pela cumplicidade das ditaduras comparsas do Cone Sul na década de 1970.

### *3 Como foi o processo de pesquisa para o livro?*

Comecei pelo princípio. Juntei todo o meu arquivo de matérias na revista *Veja*, entre novembro de 1978 [quando aconteceu o sequestro dos uruguaios] e julho de 1980 [quando a Justiça brasileira condenou os sequestradores], e reli tudo, anotando detalhes e lacunas a serem preenchidos. Relacionei fontes e pessoas capazes de suprir estas deficiências e saí a campo, para recriar com vigor redobrado a reportagem executada três décadas antes.

Tive que percorrer velhos caminhos, encontrar atalhos e descobrir novas rotas para chegar aos detalhes que pareciam perdidos no tempo. Foi cansativo, foi difícil, foi duro, mas me senti recompensado pelo resultado final.

### *4 Você encontrou as mesmas dificuldades da época, em termos de acesso às informações, reticência das fontes, escassez de material?*

Encontrei todas estas dificuldades, todas insuperáveis, quanto fiz minha primeira tentativa de começar o livro. Era 1980, eu tinha recém me transferido para Brasília. O sequestro ainda estava sendo julgado na Justiça em Porto Alegre, o país ainda vivia em plena ditadura, as resistências e receios eram todos justificados e ampliados, especialmente para recontar um episódio de violência da ditadura que tinha transcorrido menos de dois anos antes. Esbarrei exatamente nos obstáculos previsíveis: acesso restrito às informações, fontes reticentes e escassez de material.

Suspendi o projeto do livro, na certeza de que o calendário trabalhava a meu favor. O país, cedo ou tarde, abriria politicamente, as fontes se tornariam naturalmente mais acessíveis e os fatos, por decorrência e decantação, ficariam

mais claros.

Veza por outra, amigos e jornalistas me cobravam o livro do sequestro, todos convictos de que ali havia uma história e um tempo a serem resgatados, na devida hora.

A hora chegou a partir de 2004, quando percebi mais facilidade no acesso às fontes e mais riqueza nas informações. Como digo na apresentação do livro, "descobri animado que algumas conversas difíceis naquela época ficaram menos complicadas, desobstruídas pelo tempo, ponderadas pela distância, depuradas no filtro da história e lapidadas na consciência de todos. Militares e paisanos, policiais e vítimas, gente do governo e da oposição, pessoas graúdas e figuras modestas falam agora com mais desenvoltura, embora ainda preservando a discrição, quando não o anonimato".

Outras informações me chegaram ao longo do tempo e a pesquisa sobre o episódio desencadeado em novembro de 1978 se aprofundou e ganhou velocidade. A investigação foi detalhada e, para a checagem de dados e personagens inesperados, novas entrevistas foram feitas. Surgiram daí algumas das peças que faltavam na montagem do quebra-cabeça da investigação jornalística de trinta anos atrás.

A necessidade de um espaço maior para a reportagem ampliada por novas revelações fez com que eu retomasse o antigo projeto de um livro-reportagem. Entre 2004 e 2007, o livro evoluiu, amadurecendo a ideia de um lançamento no ano redondo de 2008, quando o sequestro completava 30 anos. Nesta reta final, tive a parceria e o talento de uma editora conhecida e reconhecida do sul, a L&PM, que tem como um de seus diretores um velho companheiro e fotógrafo da sucursal da Editora Abril daqueles tempos, o jornalista Ivan Pinheiro Machado.

*5 Como você se sentiu pesquisando uma história da qual fazia parte como testemunha? Essa posição alterou de alguma forma o seu método de trabalho?*

Era uma sensação estranha, porque eu vestia o duplo figurino de repórter e personagem da história que eu relatava. Uma velha e saudável praxe do Jornalismo ensina que repórter não é notícia. Repórter caça a notícia. Neste caso, infelizmente, eu precisava assumir esta dupla condição — caçava a notícia, como jornalista, e era caçado pela repressão, como inimigo da mentira que o regime tentava nos impor.

Às vezes, a condição de testemunha era boa, porque me dava uma vantagem incontestável na investigação. Só eu sabia o que os outros repórteres não sabiam. Eu podia, instantaneamente, perceber se a pista era boa ou não. Não precisava confirmar o detalhe com nenhum personagem. Eu era o personagem. Isso era bom, porque me dava rapidez e certeza na apuração.

Outras vezes, o papel de testemunha era ruim, porque me tirava a liberdade de movimentos. Por exemplo, eu nunca pude assistir a nenhuma entrevista coletiva dos chefes da área de segurança, que convocam a imprensa para responder às minhas denúncias. Se eu lá estivesse, a coletiva se transformaria numa inesperada acareação entre a polícia e a testemunha do sequestro. Um bate-boca, naquele momento, só me tiraria o foco da investigação e atrasaria o meu trabalho. Por isso, eu evitava essas armadilhas. Tomando esses devidos cuidados, consegui escapar desses desvios e chegar ao objetivo final, a identificação final dos responsáveis pelo sequestro de Universindo, Lilian e seus dois filhos.

*6 Você identificava no seu trabalho um potencial de registro da História? Como vê essa hipótese?*

Os mestres do meio acadêmico já perceberam algo que poucos de nós, jornalistas, compreendemos: o repórter é apenas o historiador do presente. Nas pequenas ou grandes matérias produzidas no dia a dia da imprensa, o jornalista vai construindo o relato que, depurado pelo tempo, acabará dando a base sólida e futura da História, como narrativa da saga humana.

Nenhum repórter sensato deve ter a preocupação cotidiana de que está fazendo um registro potencial para a História. Ele cumpre o seu estrito e restrito ofício para o boletim ou matéria de rádio e TV, para o jornal do dia ou para a revista da semana. É o que lhe cumpre como profissional da informação, adaptado ao formato de seu veículo.

Ele não é o senhor do peso histórico do fato que está cobrindo. A permanência de seu trabalho, no futuro, como registro fundamental da História, vai depender da excelência do texto, da transcendência do fato, da contundência dos acontecimentos. Nem mesmo o repórter Bob Woodward, naquele dia rotineiro de cobertura para o *The Washington Post* de um episódio policial num tribunal de Washington reunido para ouvir alguns arrombadores da madrugada, poderia

perceber que começava, ali, o registro potencial de um fato histórico capaz de ligar os invasores do edifício de Watergate, em 1972, à renúncia do mais poderoso presidente do planeta, Richard Nixon, em 1974.

Se tivesse a arrogância da História, Woodward não teria tido a humildade necessária para o persistente, teimoso, exaustivo trabalho de investigação que marcou a série de reportagens que ele e Carl Bernstein escreveram e inscreveram como páginas históricas do Jornalismo.

*7 A ideia de fazer algo para a posteridade, que ultrapassasse o momentâneo da revista Veja, o norteou de alguma forma?*

Essa ideia messiânica não pode habitar a cabeça de nenhum jornalista razoavelmente sensato. Com certeza, jamais sobrevoou a minha. Minha resposta anterior deve ser reafirmada aqui. Nenhum repórter trabalha para a posteridade. Nossos horizontes são bem mais limitados, mais precisos, mais ponderáveis. Eles são medidos em minutos, horas, dias, talvez em uma ou duas semanas. Compreendem o caráter fugaz e momentâneo que, na essência, define o Jornalismo, cada vez mais comprimido nos ponteiros do relógio pela velocidade frenética da Internet e dos portais que brigam por 'furos' medidos em questão de minutos, às vezes irrisórios segundos.

O olho do repórter em cima do fato que está cobrindo tira dele a perspectiva ampla que só a História permite. Apenas o distanciamento do tempo e a ponderação dos fatos é que permitem a devida qualificação dos episódios narrados, em sequência, por jornalistas variados de distintos veículos de informações, por isso mesmo com análises e repercussões diferentes sobre a importância das narrativas.

Vou dar um exemplo concreto. Minha sequência de matérias sobre o sequestro dos uruguaios se esparramou ao longo de 630 dias, quase 21 meses entre 1978 e 1980. Em nenhum momento, descrevia aquilo como um ato da Operação Condor, a multinacional de terror articulada pelas seis ditaduras do Cone Sul, incluindo a brasileira. Apesar disso, meu livro tem como título *Operação Condor: o Sequestro dos Uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura*.

Não escrevi Condor antes, na série da revista *Veja*, porque ninguém nos anos 1970 sabia da existência da Condor. Esta informação só vazou a partir de 1990, quando documentos secretos da CIA foram desclassificados pelo Governo Clinton. A

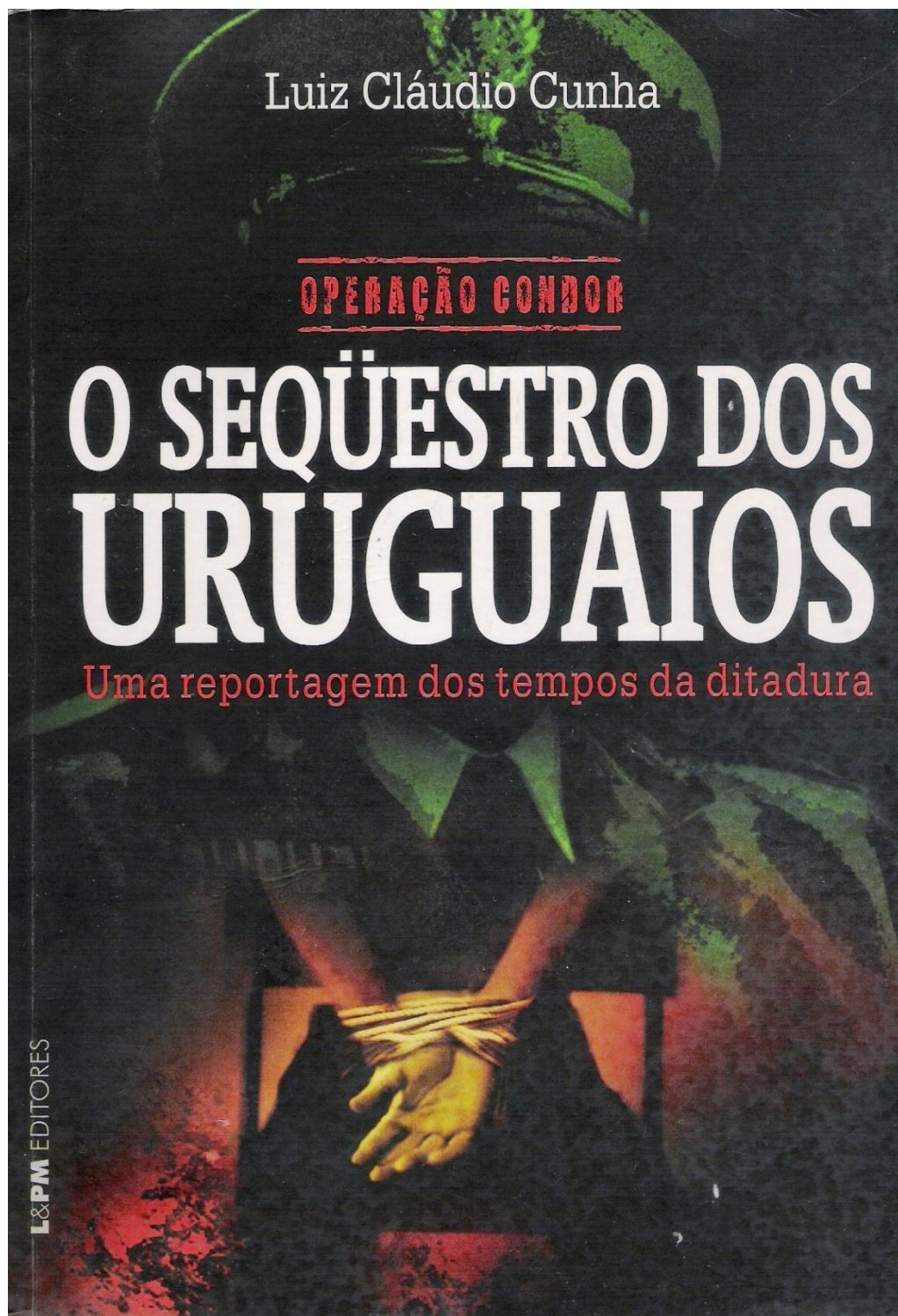
partir dali, progressivamente, cresceram os indícios, evidências, informes e revelações oficiais sobre a existência da Condor, que se intuía, mas não se revelava, muito menos confirmava.

Cobri o sequestro pelo que ele parecia ser na época: um ato de violência binacional, executada de forma articulada pelos aparatos repressivos de Brasil e Uruguai. Os fatos posteriores mostraram que era bem mais do que isso. Era um vôo formal da Condor sobre Porto Alegre, o primeiro caso em que o terrorismo supranacional foi pilhado em flagrante pelo testemunho de repórteres, que forçaram ao aborto da operação clandestina, garantindo assim a sobrevivência do casal uruguaio e das duas crianças.

O caminho do bom Jornalismo se faz ao andar. Ninguém consegue ser um bom repórter sabendo o destino final de seu trabalho. Isso é profecia de oráculos e vigaristas. Jornalistas não se misturam, nem se confundem com este tipo de fraude. Jornalista investiga o que deve ser apurado. A História, lá adiante, é que dirá, soberana, se o humilde trabalho do repórter merece algum lugar na posteridade.

ANEXO B – Reprodução da capa do livro

*Operação Condor – O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*, de Luiz Cláudio Cunha





**ANEXO C – Os jornalistas Luiz Cláudio Cunha e João Baptista Scalco  
na época da cobertura da revista *Veja***

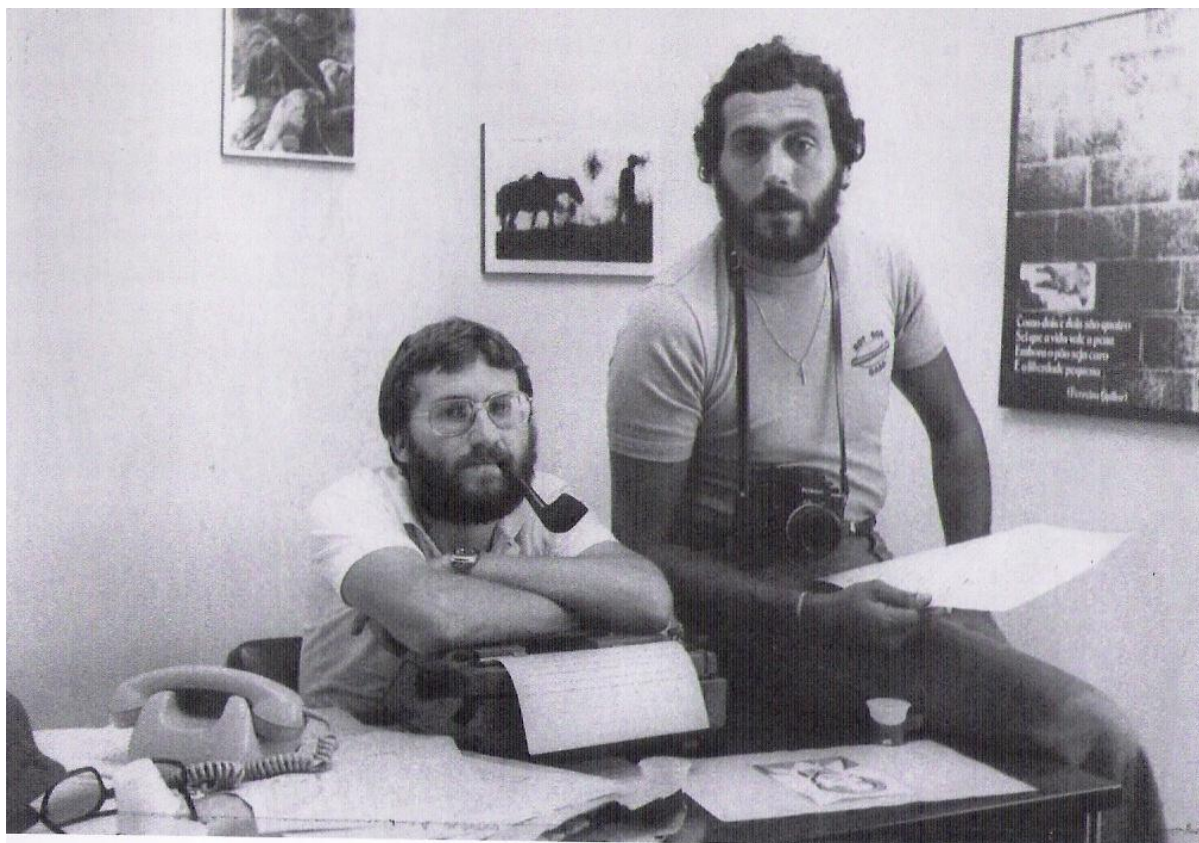


Foto: Ricardo Chaves / Reprodução

**ANEXO D – A equipe da sucursal da Editora Abril  
em Porto Alegre em 1978**



*Da esquerda para a direita: Pedro Maciel, Ubiraci Dias (Bira), Olívio Lamas, Divino Fonseca, Luiz Cláudio Cunha, Loraine Chaves, Adélia Porto da Silva (Dedé), Aristóteles Azevedo (Tota) e Luís Henrique. Na frente: J.B. Scalco e Ricardo Chaves (Kadão).*

Foto: Ricardo Chaves / Reprodução